
II MOSTRA DE PRÁTICAS
DE PSICOLOGIA
25MAIO
2023
Psicologia
FIP
CAMPINA GRANDE

CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA

FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS - CAMPINA GRANDE

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ANAIS DE RESUMOS EXPANDIDOS DE TRABALHOS APRESENTADOS NA II MOSTRA DE PRÁTICAS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FIP CG: AS MULTIPLICIDADES DAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

Organizadores

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa

Anna Karenyna Guedes de Morais Lima

Edgley Duarte de Lima

Pammella Lyenne Barbosa de Carvalho

Campina Grande/PB, maio de 2023

CORPO EDITORIAL

DIRETOR-GERAL E PRESIDENTE

João Leuson Palmeira Gomes Alves

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA FIP CG

Débora Najda de Medeiros Viana

Paula Vanessa da Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

Flávio Franklin Ferreira de Almeida

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO FIP CG

Jálber Almeida dos Santos

COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA FIP CG

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa

ORGANIZADORES

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa

Anna Karenyna Guedes de Morais Lima

Edgley Duarte de Lima

Pammella Lyenne Barbosa de Carvalho

REVISÃO TEXTUAL

Juliana Fônseca Gama

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca Universitária - FIP

Anais da II Mostra de Práticas do Curso de Psicologia das FIP CG: A multiplicidade das práticas Psicológicas. – Campina Grande, PB FIP, maio de 2023.

64 p.
Organizadores: Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa ; Anna Karenyna Guedes de Morais Lima; Edgley Duarte de Lima; Pammella Lyenne Barbosa de Carvalho.
Faculdades Integradas de Patos – FIP, Campina Grande-PB

1. Anais. 2. Mostra de psicologia. 3. Psicologia.
I. Título II. Faculdades Integradas de Patos – FIP

FIP/BU CDU: 159.9(058)
Francisco C. Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

SUMÁRIO

Apresentação 05
A (re)invenção de práticas psicológicas nos serviços socioassistenciais 06
A importância da percepção de riscos nas áreas de vulnerabilidade e a redução de riscos de acidentes 11
A psicologia no campo da assistência social: um relato de experiência 15
Análise comportamental de um rato Wistar com privação de água por 24h 19
Atuação da psicanálise com pessoas com HIV - um relato de experiência 24
A atuação do psicólogo na assistência social: um relato de experiência 26
Avaliação das funções executivas no transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças 30
Avaliação psicológica na prática: contribuições das atividades de estágio 34
Atuação do psicólogo no contexto hospitalar: um relatode experiência no hospital da criança e do adolescente 39
Práticas psicológicas no âmbito da saúde mental: um relato de experiência 42
Promoção da ludicidade na infância: relato de experiência 46
Psicologia educacional e escolar como área de atuação: práticas e desafios 51
Psicologia hospitalar: uma vivência na maternidade Elpídio de Almeida 55
Psicólogo ouvinte e o surdo na clínica 57
Vivências de pais que perderam seus filhos na infância: relato de pesquisa 60

APRESENTAÇÃO

A II Mostra de Práticas do Curso de Psicologia das FIP CG ocorreu no dia 25 de maio de 2023, tendo como tema: As multiplicidades das práticas psicológicas. O objetivo da Mostra é promover o compartilhamento das experiências dos discentes nas práticas de estágio, extensão e pesquisa desenvolvidos ao longo da graduação, além de propiciar o treino de habilidades de escrita científica e apresentação oral de trabalhos em congressos.

Nessa segunda edição da Mostra, os trabalhos apresentados refletem a diversidade de práticas no campo da Psicologia, e o engajamento dos nossos docentes e discentes em desenvolver atividades de ensino e pesquisa que vão ao encontro das necessidades da população e do compromisso social do psicólogo.

O Curso de Psicologia das FIP CG agradece a colaboração e o empenho de todos os discentes e docentes envolvidos na realização da Mostra, que se pretende ser um evento contínuo, afirmando a missão da Instituição com a responsabilidade social da formação.

Comissão Organizadora.

A (RE)INVENÇÃO DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Adriano Dantas Motta Filho,
Carlos Henrique Moreira de Almeida,
Edgley Duarte Lima.

INTRODUÇÃO

Este estágio se desenvolveu a partir da especificidade da atuação do psicólogo no campo daspolíticas públicas e de assistência social. Ao todo, a prática de estágio aconteceu durante o semestre 2023.1, sendo possível apreender o contexto histórico e político do surgimento da Psicologia da Saúde e assistência social, bem como refletir criticamente sobre os impasses que marcam a atuação do psicólogo nesses campos. Igualmente, foi possível desenvolver práticas orientadas pelos princípios éticos que regem o fazer psicológico, assim como construir um olhar crítico e contextualizado para a prática.

Em conformidade, adquiriu-se posturas para construir um posicionamento ético-político sobre as práticas psicológicas fomentadas na saúde, e o respeito a multiplicidade de teorias psicológicas, que, igualmente, buscam contribuir para as tomadas de decisões baseadas no bem comum e na superação da realidade social desigual.

Nesse sentido, no Brasil, o direto a Assistência Social é uma política pública e ação pressuposta pela Constituição de 1988. Ainda assim, os desafios das práticas voltadas para a garantia de direitos são enormes, e por isso, é possível afirmar a posição de dificuldade em que o Brasil se coloca para transformar em ações o que se compreende por assistência social. Em meados de 2004, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS foi implementado de acordo com o que foi apontado pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Desse modo, considerando a amplitude das condições e riscos que representam a ideia de vulnerabilidade, a PNAS garante que dois tipos de proteção são direitos que precisam ser assegurados à população que demanda o serviço: a) proteção social básica e b) proteção social especial (Miron & Guareschi, 2017). Em essência, essas modalidades atuam em níveis de complexidade diferentes, e agem de acordo com as atribuições previstas na Tipificação Nacionaldos Serviços Socioassistenciais. Por isso,

é certo dizer que as políticas nacionais precisam dialogar com a realidade estadual e municipal, bem como com a realidade de cada serviço, que, por essência,é singular. Isto é, compreende-se que a realidade de cada serviço é única e dotada de suas características próprias.

Assim, a prática deste estágio esteve apontada para as seguintes perguntas: em que sentido oprofissional pode se inclinar na difícil missão de inventar e concretizar ações que alcancem a complexidade de um serviço? O usuário é incluído ou integrado em um serviço? E como se relaciona o psicólogo com o ambiente das diferentes modalidades de serviços em políticas públicas?

Para satisfazer essas questões, fez-se necessário integrar-se no campo das políticas públicas na modalidade de assistência social, e desenvolver habilidades e competências no âmbito das práticas psicossociais realizadas nesses serviços, em que, com o uso e apropriação de instrumentos como observação participante, pesquisa e intervenção, pôde-se desenvolver, nesse contexto, o reconhecimento das especificidades da práxis psicológica nos serviços socioassistenciais.

DESENVOLVIMENTO

Ainda que pressupostos na Constituição de 1988, os desafios das práticas voltadas para a garantia de direitos são enormes, e por isso é possível afirmar a posição de dificuldade em que o Brasil se coloca para transformar em ações o que se compreende por Assistência Social. Sendo o país imerso num contexto político costumeiramente desfavorável, enquanto política pública, o assistencialismo ganhou contornos caritativos e avanços nesse campo só começaram a ser percebidos a partir de 2005, quando o Sistema Único de Assistência Social – SUAS foi implementado em acordo com os apontamentos da IV Conferência Nacional de Assistência Social (Miron & Guareschi, 2017).

Desse modo, o discreto avanço é suficiente para transformar e apontar o paradigma assistencialista para a garantia de direitos sociais previstos na Lei Nº 12.435 (Brasil, 2011). Nesse sentido, sabe-se que a prática do psicólogo no âmbito das políticas públicas está ancorada no desejo de transformação da realidade, mas, em que sentido o profissional pode se inclinar na difícil missão de inventar e concretizar ações que alcancem a complexidade de um serviço? Na tentativa de responder à questão, inclinamo-nos para a diferença entre integração e inclusão. Integração é um termo presente em

demasia no texto da Constituição de 1988, sendo utilizado no âmbito das práticas de educação especial para pessoas com deficiência (Hillesheim, 2013).

Isto é, embora a ideia se aproxime da garantia de direitos, o termo admite um movimento de segregação e separação entre os ditos "especial" e "normal", sendo essa noção incompatível e eticamente questionável para atos que visem a manutenção, restauração ou a instauração de direitos básicos. É bem verdade, no entanto, que tal classificação pode ser vista na descrição de serviços de proteção social, garantidos pela PNAS (Política Nacional e Assistência Social). Todavia, os termos que regem a proteção social básica e a proteção social especial estão apontados para o caráter estratégico da operação, de acordo com a noção de risco, e em conformidade com a realidade das famílias brasileiras em vulnerabilidade social (Senra & Guzzo, 2012).

Compreendendo que a questão posta contorna o aprimoramento das práticas em assistência social, e que essas partem do incerto, do não-saber a real complexidade em que se encontra o sujeito que necessite de uma intervenção, compreende-se que o caráter do serviço é volátil e pressupõe a possibilidade de personalização em função do que a realidade apresenta. Desse modo, acredita-se na construção e desenvolvimento de um serviço apontado para a subjetividade, que deseja o feedback do usuário como estratégia de inclusão, que, por sua vez, diz respeito ao sentimento e a carga afetiva de se sentir integrado, e, sobretudo, incluído como agente ativo e participante da sociedade.

Sendo assim, de acordo com a afirmação de que as políticas públicas são o "estado em ação" (Höfling, 2001, citado em Hillsheim, 2013, p. 23), o entendimento de que o serviço precisa existir para o usuário, e não o usuário precisa existir para o serviço, é importante e possibilita lançar luz a questões para as práticas em assistência social: o usuário é incluído ou integrado em um serviço? E como se relaciona o psicólogo com o ambiente das políticas públicas?

Essas questões germinam no fato de que a noção de social para o psicólogo é demasiadamente plástica, e, especificamente em contextos de vulnerabilidade social, essa noção configura a desigualdade como o mais concreto ponto de partida para a prática de assistência. Afinal, é a crueldade desse fenômeno que mais nos rodeia no convívio em sociedade, estando essa realidade introjetada e naturalizada na intimidade do brasileiro, sendo isso engendrada na cultura e simbolicamente representada no ambiente, o que, de acordo com a noção de serviço personalizado, aponta para uma das afirmações mais categóricas deste texto: "o compromisso social na psicologia pode assumir conotações variadas" (Senra & Guzzo, 2012, p. 297).

A variedade desse compromisso nos faz avançar sobre o campo da linguagem e para o que parece mais recalcado nesta discussão. Isto é, percebe-se que a palavra "ambiente" evoca um campo semântico e apresenta-se flexionado no significado de "suporte de vida" (Camposde-Carvalho, Cavalcante e Nóbrega, 2021). Nesse sentido, é notável que a relação pessoa e ambiente está intimamente ligada aos valores socioculturais, o que implica na constatação de que o ambiente de um serviço de assistência social está em posição de protagonismo na missão complexa de incluir o usuário no esquema dos direitos sociais previstos na constituição, sendo dever das equipes multidisciplinares desenvolverem suas práticas em relação com o que está "ao redor" da unidade e dos usuários.

Afinal, conforme Senra e Guzzo (2012): "é insuficiente e ineficaz uma intervenção que não busque a contextualização das vivências dos diversos espaços sociais e das pessoas e comunidades que constituem o tecido social com o qual o profissional trabalha" (p. 297), sendo necessário elevar a noção de "suporte de vida" para a prática do serviço com a intenção de oferecer ao sujeito, que está às margens da sociedade, um reencontro digno com o social em um ambiente saudável e suficiente para que se cultive o desejo individual de criar novas possibilidades para a vida, ressignificando a relação com a rua em uma perspectiva interacionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, por mais que se perceba o crescimento, o movimento e a presença de psicólogos nas políticas públicas, o que se defende é uma prática do psicólogo que ultrapasse as raízes ideologicamente burguesas da profissão, que se compreenda que está contido no fazer psicológico saber que "o sofrimento psíquico não é igual para todos – ricos e pobres" (Senra & Guzzo, 2012, p. 294), e que é preciso (re)inventar práticas a partir da consciência de que a demanda da assistência social é diferente da realidade das elites, e que essa entra muito mais no campo da necessidade (biológica ou pulsional de escuta, de afeto, de dignidade, de acolhimento).

REFERÊNCIAS

de Carvalho, M. I. C., Nóbrega, L. M. A., Cavalcante, S., & Elali, G. A. (2011). Ambiente. Em Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Vozes, RJ.

Hillesheim, B. (2013). É preciso incluir! Políticas públicas e o imperativo da inclusão. Em J. C. S. de M. Clarice Agnes (Org.), Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social. (pp. 23–30). EDUNISC.

L12435. ([s.d.]). Gov.br. Recuperado 25 de abril de 2023, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm

Magda, C., Senra, G., Souza, R., & Guzzo, L. (2012). Assistência Social e Psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público social. Recuperado em 25 de abril de 2023, de https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwhpy6kfx38L/?f ormat=pdf

Miron, A. X., & Guareschi, N. M. de F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. Psicologia Ciência e Profissão, 37(2), (pp. 349–362). Retirado em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014.

A IMPORTÂNCIA DA PERCEPÇÃO DE RISCOS NAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE E A REDUÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES

Brenda Kelly Sarmento Silva Leite
Adrielly Samara Cavalcante Gomes
Ana Gabriella da Silva Farias
Larissa Gabriele Gonçalves de Oliveira
Zuleide Santos Lima
Jakson Luis Galdino Dourado

INTRODUÇÃO

Na extensão em "Intervenções em Crises e Emergências" foi analisada a percepção de riscos por parte dos moradores da cidade de Campina Grande – PB que utilizam do restaurante popular. Além de levar a reflexão sobre a prevenção de desastres e catástrofes, buscou-se evitar os riscos presentes, tornando possível vê-los de forma mais clara, evidente e rápida, para evitar acidentes.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou conhecer os riscos iminentes, e também quais são os verdadeiros riscos para essas pessoas e suas percepções. Ademias, permitou que fossem promovidas reflexões, estimulando a população a analisar todos os riscos possíveis dentro da realidade de cada indivíduo e também, para além de sua realidade. O projeto também foi benéfico para a reparação dos riscos, permitindo que a informação fosse repassada à Defesa Civil sobre os riscos encontrados.

DESENVOLVIMENTO

A compreensão dos riscos e desastres e suas abordagens relativas, o processo de gestão e o conceito de vulnerabilidade vêm evoluindo desde a década de 1940, quando emergiu a abordagem emergencial fundamentada nas lições estratégicas da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que os atores militares foram estruturando e sistematizando as ações focadas em emergências (Oliver-Smith, 1991). Para a psicologia, a atuação nesses ambientes de emergências e crises é algo bem recente, ainda em processo de construção. No Brasil encontramos o primeiro registro histórico relacionado ao tema das interversões e crises a partir do ano de 1987, após o acidente do Césio-137. No ano

de 2006 ocorreu o primeiro Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, com parceria de órgãos competentes como o Conselho Regional de Psicologia e a Defesa Civil. A importância do papel do psicólogo nesses ambientes é de extrema relevância, pois se encontram gravidades como processos de danos materiais, processos de luto em relação a perda de familiares.

Como esclarecido por Melo e Santos (2011), a psicologia das emergências e dos desastres (Molina, 1994) é demarcada como uma área da psicologia geral, que busca compreender os estudos das distintas alterações e os fenômenos pessoais presentes em uma catástrofe, seja esta natural ou provocada pelo homem, que resulta em grande número de mortos ou feridos que tendem a sofrer sequelas por toda a vida. De acordo com Melo e Santos (2011), ao contrário do que muitos parecem crer, não é apenas durante as emergências que os órgãos de Defesa Civil entram em atividade. Ao invés disso, o ponto central do trabalho dos agentes que trabalham nesse campo deve estar principalmente voltado para a prevenção.

Dentro desse contexto, as contribuições da psicologia são pertinentes em todas as fases de ação. Na fase de emergência, o psicólogo pode atuar direta ou indiretamente nos sinistros. É sabido que os desastres implicam sempre em perdas materiais e sociais, e com frequência, deixam impactos sobre as vidas dos seres humanos. O psicólogo pode ajudar a trabalhar as consequências desse desastre sobre a vida das vítimas, da comunidade e dos profissionais. A ação direta diz respeito ao atendimento às vítimas que sofreram a emergência, por meio da escuta atenta, entrevistas de apoio, ou mesmo para ser o portador de informações básicas e precisas que possam ajudar a pessoa a se situar e se orientar diante da situação de caos (Melo & Santos, 2011, p. 176).

Nesta fase, também é interessante a orientação aos profissionais que não são da psicologia, mas que lidam com as vítimas diretamente. Portanto, inicialmente foi feita uma visita ao órgão Defesa Civil, para levantamento da temática e do campo escolhido para realizar intervenções. Após essa escolha, se deu início a procura pelo contato com o campo, que é definiu-se por uma visita a esse serviço para a apresentação do responsável técnico e também da equipe acadêmica. Logo após, houve uma visita ao campo, com registros fotográficos. Em seguida, a elaboração de um questionário para aplicar com a população que faz uso dos serviços do restaurante popular com objetivo de saber se as pessoas que frequentam aquele espaço têm a percepção dos riscos que a área oferece.

Após a aplicação do questionário, a equipe se reuniu para elaborar as próximas estratégias a serem desenvolvidas junto à população do restaurante popular. Com isso, foi

possível levar intervenções ou propostas a serem trabalhadas em conjunto com a equipe da Defesa Civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a experiência e conversação com o coordenador da Defesa Civil, foi possível conhecer e analisar o serviço prestado à comunidade, por eles. Dessa maneira, observou-se o empenho dos colaboradores nos trabalhos a comunidade e consideramos a proposta apresentada pelo coordenador bem completa e rica, com desfalque apenas se tratando da Psicologia dentro da Defesa Civil, ponto que precisa ser analisado pelos diretores, pois o papel do psicólogo pode ser de valor inestimável para esse serviço. No que diz respeito à comunidade atendida, foi realizada uma análise dos dados obtidos que permitiu conhecer a demanda maior daquele grupo, e assim esperamos ajudar a buscar melhorias, além de fazer com que suas vozes e necessidades sejam ouvidas.

Portanto, nota-se que as emergências e desastres não ocorrem de maneira isolada, elas estão associadas aos fatores de risco, ameaça e vulnerabilidade, intensificando as consequências produzidas por esses eventos. Sendo assim, é importante reconhecer as necessidades de cada comunidade para construir ações personalizadas, possibilitando promover comunidades mais seguras e evitando cair no erro de modelos rígidos e preexistentes (Oliveira, 2020).

Finalizando, as alunas, de forma prática, tiveram a experiência de como o profissional da psicologia auxilia nos episódios de crises e emergências, com uma participação rica, mas também dolorosa, por adentrar uma realidade destruída. Foi uma experiência importante para o profissional em construção, assim como, para a humanização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bisol C. A.; Tapia A. M. (2012). A Psicologia e o Conceito de Risco: Estudos Publicados entre 1999 e 2010. Psico, Caxias do Sul - RS, v. 43, n. 3, pg 310.

Blaikie, P. et al. (1994). At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters. Londres, Routledge.

Blaikie, P. et al. (1996). Vulnerabilidad: el entorno social, político económico de los desastres. Bogotá, La Red.

Canil, K., Lampis, A., & Santos, K. L. dos. (2020). Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista. Cadernos Metrópole, 22(48), 397 - 416. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4803

Cristina De Carvalho, A. (n.d.). A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres.

Gondim et al. (2010). Atribuições de causas ao desemprego e valores pessoais. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. v. 15, n. 3 [Acessado 15 Novembro 2022] , pp. 309-317. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300011

Melo, C. A. & Santos, F. A. D. (2011). As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. Psicologo informacao, 15(15), 169-181. Recuperado em 19 de setembro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092011000100012&lng=pt&tlng=pt.

Oliver-Smith, A. (1991). Successes and Failures in post-disaster resettlement. Disasters, v. 15, issue 1.

Oliveira, C. A. (2020). Contribuições da psicologia em emergências e desastres. [Tese de trabalho de conclusão de curso, Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/7028.

Sá, S. D., Werlang, Blanca S. G., & Paranhos, M. E. (2008). Intervenção em crise. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 4(1) Recuperado em 20 de setembro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100008&lng=pt&tlng=pt.

A PSICOLOGIA NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Gabryella Barbosa da Cruz
Danielle Rocha Bernardino
Laís Vitória Barros Alves
Edgley Duarte de Lima

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve o objetivo de refletir sobre as possibilidades de atuação da Psicologia no âmbito da assistência social, principalmente a partir das experiências proporcionadas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), através da disciplina de Estágio Básico II - Psicologia e Saúde, ofertada no curso de Psicologia da FIP Campina Grande.

Com a ida contínua e um bom comportamento, o corpo técnico do serviço realiza um projeto para aquele usuário, buscando melhorias para sua vida, como, por exemplo, conquistar um benefício governamental, uma casa de abrigo, estudos e, em alguns casos, um emprego. Há, ainda, algumas dificuldades que impedem que esses sujeitos cheguem a formular algum projeto de vida, devido as suas condições físicas e/ou psicológicas, haja vista que alguns deles não conseguem ficar em ambiente fechado por muito tempo.

Inicialmente, buscamos fazer o reconhecimento do campo e das políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social, bem como visualizar de perto e participar das atividades realizadas por um psicólogo do serviço, tomando nota de suas vivências, desafios, burocracias, buscando compreender as especificidades da escuta psicológica e da socialização entre eles.

De acordo com o CFP (Conselho Federal de Psicologia), a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. Estas, por sua vez, são um conjunto de ações coletivas geridas e implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, que se norteiam pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade, tendendo a dialogar com o sujeito cidadão (Cartilha CFP, 2007). Dito isso, buscamos refletir sobre a atuação de um psicólogo em um serviço da assistência social, seus impasses, desafios e possibilidades.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento das atividades de estágio, foram realizadas: 1) observação dos estagiários sobre as atividades exercidas na instituição para melhor compreender a atuação do psicólogo na área, 2) diálogos com os profissionais e os usuários, e 3) atividades em grupo com os usuários.

As atividades foram realizadas no Centro POP, em três domingos consecutivos, ao longo dos dias 12, 19 e 26 do mês de março, sob orientação de um dos psicólogos deste serviço. O Centro POP é uma instituição especializada em receber e dar assistência às pessoas e famílias em situação de rua e totalmente vulneráveis.

A equipe do serviço é formada por psicólogos, assistentes sociais, advogado e educadores sociais, oferecendo os serviços de: espaço e condições para higiene pessoal (banho e lavanderia com espaço para secagem de roupas), salas de atendimento e escuta qualificada, individual ou em grupo, espaços de interação social para os usuários e distribuição de marmitas de café, almoço (nos finais de semana e feriados) e janta.

Historicamente, a Psicologia constituiu-se como um poderoso instrumento a serviço da burguesia e da sociedade capitalista, principalmente, no Brasil. Inicialmente, suas práticas orientavam-se por meio de uma lógica individualizante, restrita ao consultório e alheia as demandas e questões sociais (Parker, 2007). No entanto, com o desenvolvimento das Políticas Públicas nas últimas décadas e, consequentemente, com a inserção da Psicologia nestes dispositivos, a prática psicológica vem, progressivamente, passando por diversas transformações e atualização, em conformidade com os objetivos e diretrizes destas políticas (Neto, 2008).

A partir destas séries de mudanças no campo do trabalho, surgiram vários questionamentos a respeito de sua formação e o que poderia ser ofertado a partir dela para promover atividades nestes novos espaços de atuação. Sobre isso, Yamamoto e Paiva (2010) argumentam que a entrada do psicólogo na política social implica-o a repensar as suas teorias e, principalmente, as suas práticas. Há, portanto, que reconhecer que o sofrimento psíquico não é igual para todos – ricos e pobres (Senra & Guzzo 2012).

De acordo com Yamamoto (2007), para assumir um compromisso com a transformação social, faz-se necessário ampliar os limites da dimensão política da ação profissional do psicólogo. Na prática comunitária é essencial compreender os aspectos culturais, as questões estruturais e como elas afetam o cotidiano das comunidades que dependem do atendimento por profissionais nos contextos públicos. O trabalho do

psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população que deve atender (Martin-Baró,1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro dia de vivência do estágio, foi construída e trabalhada a importância das políticas públicas para os cidadãos que estão à margem da sociedade e pudemos acompanhar e colaborar nas entregas das refeições, momento imprescindível para a construção e o fortalecimento de vínculos entre estagiários, profissionais e usuários.

Além disso, foi realizada uma intervenção em forma de atividade de lazer, que já era conhecida e feita pela instituição. Foi organizado o "CinePop". O filme escolhido foi: "Gente Grande", uma comédia que, de maneira descontraída, fala sobre amizade, família e os laços formados durante o percurso da vida. Por mais simples que tenha parecido, foi um momento importante, tanto para os que estavam ali assistindo, quanto para os que organizaram o evento, pois proporcionou muitas risadas e a participação e interesse do público. Alguns precisaram sair após a entrega da janta, às 16 horas, para garantir seu lugar de dormida; enquanto outros continuaram com o filme e, após o término, foram discutidos temas relacionados à família, satisfação pessoal e perspectiva de vida.

Através disso, foi possível ouvir relatos que, indubitavelmente, ficarão gravados e farão parte da jornada acadêmica dos estudantes que presenciaram aquela tarde. Foi possível, ainda, compartilhar as experiências proporcionadas pelos dias de estágio entre os alunos e o preceptor que, mais uma vez, com seus relatos de vivência, mostrou o árduo e contínuo trabalho que é exercido, não somente pelo Centro POP, mas pelos que trabalham com saúde e na assistência social.

A experiência no Centro POP nos permitiu esticar os horizontes para novas perspectivas de serviços de assistência social. Apesar de ser um serviço pouco falado e conhecido pela população local da cidade, foi uma experiência extremamente enriquecedora de modo pessoal e profissional.

Além de conhecer os documentos solicitantes e solicitados no dia a dia da vivência de um psicólogo neste campo, pudemos conhecer de perto alguns usuários que são contemplados pelo serviço, entender um pouco mais sobre suas histórias de vida, bem como compreender suas vivências naquele serviço. Com isso, realizamos uma avaliação sobre expectativas e realidades dos mesmos, bem como os profissionais que lá prestam serviço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2010). O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. Psicologia: Ciência E Profissão, 30, 634–649. https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300014

Gomes, D. C. R. (1997). Equipe de saúde: o desafio da integração Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia.

Martin – Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, 1, 7-27.

Neto, J. L. F. (2008). Psicologia e Saúde Mental: três momentos de uma história. Saúde Em Debate, 32(78-79-80), 18–26. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341773002

Parker, I. (2007). Revolution in psychology: Alienation to emancipation. London: Pluto Press

Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. Psicologia & Sociedade, 24(2), 293–299. https://doi.org/10.1590/s0102-71822012000200006

Yamamoto, O. H. & Paiva, I. L. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. Estudos de Psicologia, 15(2), 153-160.

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE UM RATO WISTAR COM PRIVAÇÃO DE ÁGUA POR 24H

Raquel Araújo Nunes
José Anderson Gomes Adilson
João Batista da Costa Filho
Eveline Silva Holanda Lima

INTRODUÇÃO

O Behaviorismo é uma corrente da Psicologia que busca explicar o comportamento humano e dos animais como resultado das interações entre o organismo e o seu ambiente. O Behaviorismo tem sua formulação inicial com os estudos de Ivan Pavlov e John Watson (Furtado, 2018).

Aos estudos de Pavlov e Watson, Skinner acrescentou, entre outras contribuições, a noção de condicionamento operante. O conceito de condicionamento operante se diferenciava do condicionamento clássico de Watson. De acordo com o condicionamento operante, os comportamentos são aprendidos não apenas pela associação de estímulos, mas também em razão das consequências que produzem (Furtado, 2018).

Skinner foi um dos grandes pesquisadores do século XX e desenvolveu o Behaviorismo Radical. Os seus primeiros estudos, em 1938, foram realizados com ratos e pombos, por meio das “Caixas de Skinner”. Nessas caixas, os animais, em jejum, eram colocados e os seus comportamentos eram observados (Neves et al., 2019).

O comportamento operante é predominantemente presente nas pesquisas experimentais realizadas por analistas do comportamento. A Análise Experimental do Comportamento (AEC) surgiu formalmente com Skinner e é a subárea que conduz a produção e a validação de dados empíricos em uma ciência autônoma do comportamento (Carvalho Neto, 2002).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi modelar o comportamento do rato, para que o sujeito privado de água por 24h, após a ocorrência do ruído, se dirigisse ao bebedouro para beber a água, e assim, ele associasse o ruído do bebedouro com a liberação da água.

DESENVOLVIMENTO

Sujeito:

Foi utilizado um rato da espécie Rattus Norvegicus, de linhagem Wistar (um rato albino), macho, sem história experimental prévia, com 3 meses de vida e pesando 300g. O rato foi obtido no Biotério das Faculdades Integradas de Patos (FIP), em Campina Grande – PB. A privação de água foi de 24h antes de cada sessão experimental.

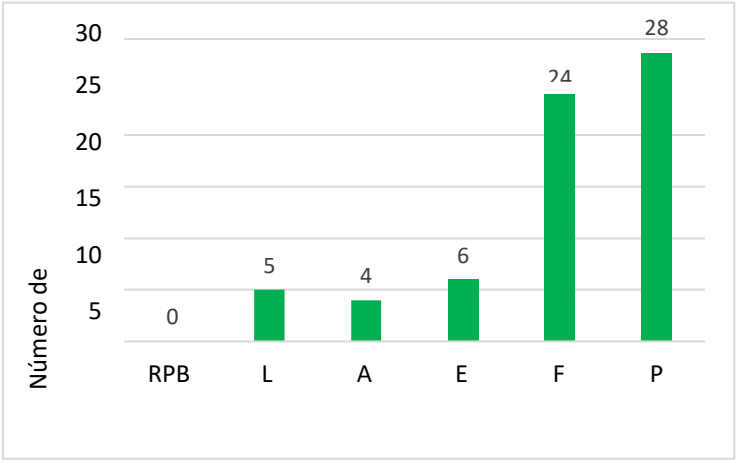
Aparelhos:

Os experimentos foram conduzidos em uma caixa experimental (caixa de Skinner) do modelo ELT-01, fabricado por Eltrones Equipamentos.

Procedimentos:

Foram realizados com o rato os experimentos: nível operante e treino ao bebedouro, no Laboratório de Análise Experimental, nas Faculdades Integradas de Patos (FIP), em Campina Grande-PB. Primeiro foi feito o experimento do nível operante, seguido de duas tentativas do experimento treino ao bebedouro. Cada procedimento foi feito em dias diferentes, com duração aproximada entre 30 e 50 minutos. Os procedimentos foram realizados com base nas recomendações de Gomide e Weber (1998).

Nível Operante



Na Figura 1 é possível observar os comportamentos do rato no experimento do nível operante, no qual não foi observada nenhuma resposta de pressão à barra, porém, outros comportamentos do rato foram vistos, como comportamentos de limpeza (L), andar (A), erguer-se nas patas traseiras (E), farejar (F) e ficar parado (P).

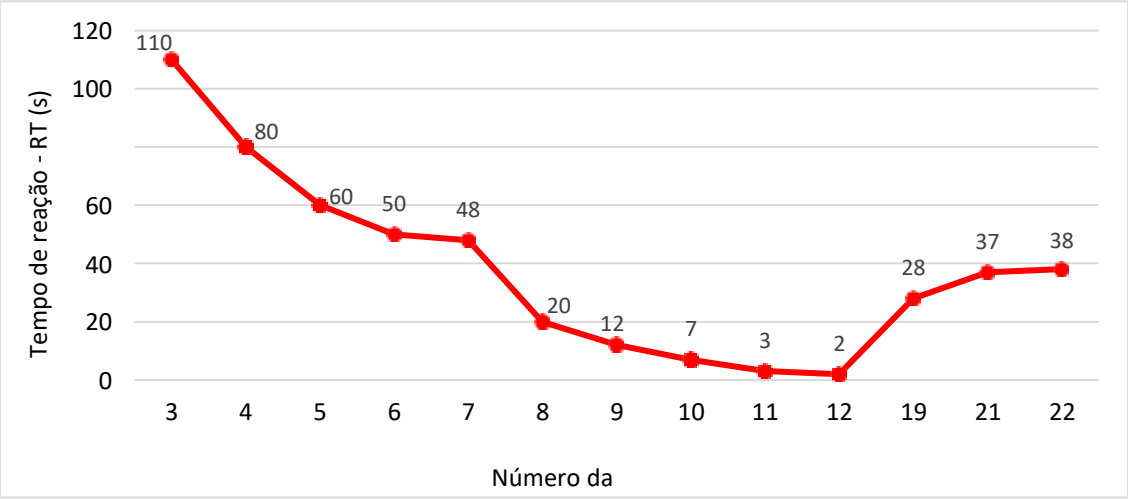
Algumas variáveis externas podem perturbar os ratos, por exemplo o barulho. Diante disso, o controle experimental é importante, evitando-se a introdução de variáveis estranhas durante os experimentos que possam influenciar os resultados obtidos (Gomide & Weber, 1998). Dentre os comportamentos observados o que mais ocorreu foi o rato ficar parado, isso pode ser explicado pela influência de variáveis externas que podem ter causado alguma pertubação a ele.

No experimento do treino ao bebedouro (1ª Tentativa), ocorreram 29 tentativas, mas o sujeito só bebeu água quatro vezes. Para que o condicionamento ocorresse, era necessário que o rato bebesse a água no bebedouro por 10 vezes seguidas. Portanto, durante esse experimento o sujeito não foi condicionado, então outra tentativa foi realizada.

Na Figura 2 observam-se as respostas de beber água do rato durante o experimento do treino ao bebedouro (2ª Tentativa). Ocorreram 29 tentativas, dentre elas o sujeito bebeu água no bebedouro 10 vezes seguidas, e assim, o condicionamento do rato ocorreu. No total, ao longo desse experimento ele bebeu 13 vezes a água no bebedouro.

Neste experimento, o rato associou o ruído do bebedouro com a liberação da água e passou a se orientar em relação à posição do bebedouro. Assim, o estímulo neutro (ruído do bebedouro) adquiriu características de estímulo reforçador condicionado.

Treino ao bebedouro (2ª Tentativa)



Bem como, observa-se na Figura 2 que o rato, após a ocorrência do ruído, foi ao bebedouro cada vez mais rápido durante as 10 vezes seguidas que bebeu água. Porém, nas últimas 3 vezes que ele bebeu a água, o tempo aumentou, isso pode ser explicado pela introdução de variáveis estranhas durante o experimento que possam ter influenciado o comportamento dele (Gomide & Weber, 1998).

Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Barbosa, K. A. et al. (2007), para quem, com o exercício de treino ao bebedouro, o rato associou o ruído com a apresentação da água, a qual adquiriu características de estímulo reforçador condicionado. Com isso, o rato, privado de água, passou a se dirigir ao bebedouro cada vez mais rapidamente após a ocorrência do ruído.

Os comportamentos cujas consequências são satisfatórias ao indivíduo tendem a traduzirem-se em reforçadores positivos. A presença desse reforçador ocasiona o condicionamento operante, de forma que o comportamento é realizado e repetido já que a sua ação se traduz em consequência de natureza reforçadora (Neves et al., 2019).

CONCLUSÃO

Neste estudo foi possível aplicar os conceitos teóricos do condicionamento operante aos experimentos com o rato, privado de água por 24h, na caixa de Skinner. O rato no experimento do treino ao bebedouro (2ª tentativa) após a ocorrência do ruído se dirigiu ao bebedouro cada vez mais rápido para beber a água por 10 vezes seguidas, e assim, o condicionamento do rato ocorreu (ele associou o ruído do bebedouro com a liberação da água). Diante disso, foi possível observar na prática o que foi proposto por Skinner.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, K. A., Cruz, E. D. N., Silva, J. A. Lourenço, T. M. A., & Santos, N. A. (2007). A técnica de condicionamento operante dentro do laboratório. X Encontro de iniciação à docência (UFPB).

Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. Interação Em Psicologia, 6(1), 13-18.

Furtado, R. N. (2018). Do comportamento à cognição: transformações epistêmicas no pensamento behaviorista do século XX. Revista Contemplação, 1(17), 172-183.

Gomide, P. I. C., Weber, L. N. D. (1998). Análise experimental do comportamento: manual de laboratório (6. Ed). Curitiba: Editora da UFPR.

Neves, J. G., Krüger, V. L. G., Frison, L. M. B. (2019). Ensaio sobre o comportamento: entre ciência, filosofia e educação. Educação Temática Digital, 21(2), 459-478.

ATUAÇÃO DA PSICANÁLISE COM PESSOAS COM HIV - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rayssa Layssa Silveira Felix
Jorgiana Suely Neves Silva
Myrna Agra Maracajá

INTRODUÇÃO

O Estágio Específico I é voltado para a população LGBTTQQIAPN+ e, por isso, recebeu o nome de Tirésias - nome dado em homenagem a uma peça francesa chamada "As tetas de Tirésias", escrita por Apollinaire, na qual Tirésias é um personagem mitológico que recebe um feitiço que o transforma em homem e mulher.

O estágio surgiu de um projeto de extensão que foi interrompido com a chegada da pandemia da COVID-19, mas, mesmo assim, foram produzidos estudos e uma cartilha informativa para Centro de Referência LGBT - Luciano Bezerra, no município de Campina Grande - PB. Ao retornar como proposta de Estágio Específico I com base Psicanalítica, foi realizado contato com algumas instituições com a finalidade de realizar o estágio. Dentre os espaços, foi selecionado o GAV - Grupo de Apoio à Vida, uma ONG que proporciona acolhimento e possibilidades a pessoas com HIV. Os estágios aconteceram no local do GAV, no bairro da Liberdade, cidade de Campina Grande - PB.

DESENVOLVIMENTO

O estágio, pautado na Psicanálise, contempla diversas possibilidades de atuação terapêutica. Aisenstein (2009) mostra que a psicanálise possui uma forma de "tratamento" diferenciada, pois ela não atua no campo da cura, mas com a abertura dos processos de pensamento. Portanto, é possível atuar levando em consideração o inconsciente, a pulsão, o conflito do sujeito com o desejo e a defesa e o conflito do Édipo.

Uma das formas de atuação da Psicanálise é na clínica (forma de atuação do estágio) onde, na atualidade, não se pode levar em consideração apenas o modelo médico freudiano do paciente deitado no divã e a fala, porque sendo uma ONG, não existe um ambiente inteiramente adequado, sendo preciso se reinventar para atender de forma ética e da melhor maneira possível.

Outra forma possível de atuação que foi realizada no âmbito do estágio foram as atividades em grupo, que consistiram em dinâmicas e rodas de conversas, possibilitando a integração de todos os participantes do serviço e, ao mesmo tempo, proporcionando um ambiente propício à fala e acolhedor a todos, possibilitando a troca de relatos e experiências.

Freud (1920) descreve que o elemento terapêutico no trabalho de tratamento é o aparelho psíquico, razão pela qual no estágio foram realizados estudos e a partir deles, escritos acerca do funcionamento do aparelho psíquico e não apenas isso, mas também estudos acerca da população em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a necessidade das pessoas no GAV, foram realizados atendimentos de psicoterapia individual semanalmente, com duração de 1 hora para cada paciente. No que se refere a estrutura da ONG, se faz necessário o reconhecimento de que apesar de suas limitações estruturais, foi um local que proporcionou a realização do estágio em um ambiente limpo e organizado. Dessa forma, foi possível o alinhamento da teoria psicanalítica com a prática. Vale ressaltar a importância do psicólogo nesse campo de estágio, pois é necessário o atendimento a pessoas que são consideradas minorias e são invisibilizadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Freud, S. (1929). Mal-estar na civilização. Vol. 21. In Standard Edition. London: Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1929).

Aisenstein, M. (2009). Sobre a ação terapêutica da psicanálise no século XXI. Revista brasileira de Psicanálise, 43(3), 171-181. doi: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2009000300017&lng=pt&tlng=pt

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Denilson Almeida da Silva
Érika Rodrigues Andrade de Souza Gomes
Mariana Macedo Leite
Samara Vidal do Nascimento
Edgley Duarte de Lima

INTRODUÇÃO

A Psicologia da Saúde é um campo de atuação do profissional da Psicologia que reflete sobre as práticas psicológicas em relação ao cuidado em saúde, para além de uma dimensão médica, mas, sobretudo, a partir de uma dimensão ético-política, pautada no compromisso social. Nesse sentido, as práticas desenvolvidas no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), no âmbito da disciplina de Estágio Básico II – Psicologia e Saúde, teve como objetivo oferecer a experiência prática no campo das políticas públicas, favorecendo a criação de intervenções e reflexões, além de novos posicionamentos para um fazer pautado na transformação da realidade social.

Inicialmente, as atividades foram desenvolvidas no campo da assistência social, considerando que falar deste espaço implica pensar os desafios e as contradições para implementação de políticas públicas eficazes e comprometidas com as questões sociais. Sabemos que, por muito tempo, a Psicologia esteve a serviço das elites, sem atuar no junto às vulnerabilidades sociais. Considerando isso, a prática foi desenvolvida no CENTRO POP, cujo objetivo é atender às necessidades da população que vive em extrema desigualdade social.

Nesse contexto, realizamos uma observação participante e a formulação de uma intervenção voltada para a autoestima e o reconhecimento de si mesmo, a partir da visualização do próprio rosto diante do espelho, proporcionando diálogos e familiarização com a construção de intervenções pautadas no reconhecimento da subjetividade e das necessidades socioassistenciais da população.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal 1988, vários direitos fundamentais foram garantidos para os cidadãos brasileiros. Dentre eles, os direitos sociais que envolvem a garantia de direitos no campo da saúde, assistência e previdência social. Se antes a assistência social estava ligada a ações de caridade e assistencialismo, com a Constituição entra em cena a participação do Estado como responsável pela execução de políticas públicas que alcancem as necessidades e vulnerabilidades da população civil.

Parte-se, desde então, da compreensão de que estes sujeitos e comunidades possuem direitos que precisam ser garantidos pelo Estado. Sendo assim, a discussão e atuação no campo da assistência social precisa levar em consideração as contradições e os desafios que se apresentam, que vão desde a implementação de políticas públicas eficazes e comprometidas com as questões sociais, até os estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade, que culpam o sujeito e a comunidade por sua condição de pobreza e miséria.

Com efeito, o início do século XXI, no país, foi marcado pelo avanço da política de assistência social, que se baseia no conceito de seguridade e proteção social como direito do cidadão brasileiro. Desse modo, a reflexão sobre seguridade social se fundamenta na perspectiva de que o Estado e a sociedade precisam articular ações integradas que assegurem condições mínimas de existência, promovendo a dignidade para os cidadãos nos momentos de dificuldades. Isto é, é preciso garantir e valorizar a dignidade humana, contribuindo para diminuir as disparidades sociais.

Nessa perspectiva, na medida em que a seguridade social se tornou um direito, por via da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), percebeu-se um processo de transformações sociais na realidade do Brasil. Assim, o LOAS é a Lei de n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que emerge com o objetivo de regulamentar normativas e critérios para dar conta de benefícios sociais garantidos pelo governo. Subsequente a isso, nasce a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no ano de 2004, como estratégia para intervir politicamente, de modo a garantir direitos sociais de sobrevivência, convívio e acolhimento. Ou seja, promover serviços públicos, pensando a mobilização para lidar com as necessidades humanas que são: alimentação, sustento da família, vestimentas, moradia, fortalecimento de vínculos e etc.

Nesse contexto, a inserção dos psicólogos no campo da assistência social teve um aumento considerável com a criação e implementação do Sistema Único de Assistência

Social (SUAS), em 2005, possibilitando a expansão dos profissionais da Psicologia e atuação nos mais variados contextos, que vão desde as comunidades carentes até os sujeitos que estão em situação de rua, pensando a inclusão destas pessoas como sujeitos sociais e de direito, que precisam ter sua cidadania consolidada através de políticas públicas que garantam o bem-estar coletivo e condições dignas de vida.

A partir disso, o trabalho no campo da assistência social não se limita a uma sala de consultório, escutando e intervindo nas demandas de um único sujeito, mas, no contexto social. Faz-se necessário que diversos profissionais estejam envolvidos para atuar nas múltiplas possibilidades de existir, haja vista que a maioria da população não tem acesso aos recursos básicos para viver. Para tanto, o profissional da Psicologia precisa adentrar nesse contexto das políticas públicas, refletindo sobre o seu compromisso ético e político, no que tange ao viés histórico e social da diversidade de realidades e contextos de vida que coexistem no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estágio, com viés teórico e prático, foi imprescindível para conhecer a rotina e as vivências do profissional da Psicologia no campo da Assistência Social, em destaque, no CENTRO POP, que lida diariamente com as dificuldades e necessidades da população em situação de rua e que se encontram numa condição de desamparo social. Assim, esse campo despertou dúvidas e curiosidades, bem como uma reflexão crítica que perpassa o desafio de garantir os direitos básicos (alimentação, saúde entre outros), buscando promover cuidado, responsabilidade social e autonomia dos sujeitos.

Nesse contexto, ficou claro que as políticas públicas são efetivadas a partir do momento em que a sociedade se mobiliza e se responsabiliza por contribuir de alguma forma para o fortalecimento e continuidade dos serviços, dado que o CENTRO POP é um serviço estratégico que lida diretamente com histórias de vida e o desafio de, mesmo com poucos recursos, buscar garantir os direitos básicos dos usuários.

Desse modo, foi possível ampliar a nossa visão de mundo, de maneira a romper com generalizações, que imersos na cultura, reproduzimos socialmente em nosso dia-a-dia. Recorrentemente, estas pessoas são expostas à violência, ainda assim, são culpabilizadas pela situação na qual se encontram, inviabilizando a construção de uma reflexão crítica acerca desse contexto, suas especificidades e principais demandas.

Por conseguinte, a partir dessas experiências de estágio, começamos a refletir sobre o compromisso ético e político que a Psicologia tem com a transformação da realidade social, e da necessidade de uma escuta atenta, permitindo um aprendizado que não se limita a um saber que diz sobre o outro, mas um aprendizado no qual esse outro é capaz de falar sobre si mesmo. Em outras palavras, mesmo em uma condição na qual os direitos básicos de alimentação, moradia, saúde sejam negados, esse outro pode desenvolver a sua autonomia frente a uma realidade de sofrimento e desigualdade social.

Por último, o trabalho de uma equipe multidisciplinar no CENTRO POP produz transformações tanto externa, quanto internamente. Isto é, os usuários além de adquirirem dignidade por meio de roupas limpas, banho e refeições, passam a planejar sua vida, buscar emprego, educação e reinserção na comunidade – esse é o objetivo -- apesar das dificuldades encontradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benelli, S. J., & Silva, L. B. (2020). O psicólogo nas políticas públicas sociais: possibilidades e desafios na atuação. Uniesp, 1-15.

Bernardes, A. G. (2010). Psicologia e saúde: interrogando práticas psicológicas. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 62(3), 23-32.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Brasília, 1-46.

Cordeiro, M. P. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. Rio de Janeiro, Arquivos Brasileiros de Psicologia, 70(3), 166-183.

Sanches, N., Martins, T. C., & Silva, R. B. (2020). O trabalho da psicologia na assistência social: análises a partir de um grupo focal. Aletheia, 53(2),165-178.

AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS NO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE EM CRIANÇAS

Eveline Silva Holanda Lima
João Batista da Costa Filho
José Anderson Gomes Adilson
Mariana Guedes Ferreira
Raquel Araújo Nunes

INTRODUÇÃO

O Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por níveis de desatenção e/ou hiperatividade persistentes acima do considerado típico, tornando-se prejudicial para o indivíduo à medida que os sintomas se mostram excessivos para o nível de desenvolvimento. Estima-se que cerca de 5% da população infantil e 2,5% dos adultos sejam mundialmente acometidos pelo TDAH, sendo classificados entre predominantemente desatentos, predominantemente hiperativos ou combinados. O diagnóstico proposto pelo DSM-V é dividido entre cinco critérios: A, B, C, D e E. Assim, A e D voltados para a categorização da sintomatologia e sua interferência no funcionamento social, acadêmico ou profissional, enquanto os critérios B, C e E exigem que os sintomas estejam presentes em mais de um âmbito social, tenha aparecido antes dos 12 anos, e que não sejam causados por outro transtorno (APA, 2014).

A etiologia do TDAH é multifatorial, não havendo um marcador biológico específico que aponte para um diagnóstico preciso. Entretanto, estudos de neuroimagem indicam diferenças morfológicas e funcionais no cérebro de indivíduos com TDAH quando comparados a controles neurotípicos, estando entre as áreas afetadas, o córtex frontal e estruturas subcorticais, como: núcleos de base e estruturas límbicas, que são áreas envolvidas no processamento emocional (KLEIN, 2018; CUPERTINO, 2019; GOMES ET AL., 2018). Nesse sentido, as funções executivas guiam o indivíduo para a efetivação de comportamentos adequados em resposta ao ambiente (RAPPORT ET AL., 2002; HOZA, 2007; MILLER ET AL., 2015).

Portanto, como pode-se perceber, as alterações nas funções executivas ocasionam uma série de dificuldades que abarcam a vida como um todo do indivíduo que é

acometido, logo a presente pesquisa terá como objetivo, avaliar as funções executivas em crianças com TDAH. Logo, irá auxiliar no melhor entendimento do TDAH e assim, proporcionar uma qualidade de vida com melhores subsídios em todas as esferas sociais que o indivíduo está inserido. Para além disso, visa auxiliar pais e educadores de crianças com TDAH, para que estes possuam mais estratégias que possam aplicar no seu dia a dia.

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar as funções executivas em crianças com TDAH. E como objetivos específicos: avaliar a memória em crianças com TDAH, avaliar a atenção em crianças com TDAH e comparar o desempenho de ambos os grupos (GE e GC) nos testes de atenção e memória.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), o Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), é caracterizado por uma alteração neurobiológica de origem genética, podendo ter início na infância, sendo capaz de acompanhar o indivíduo acometido por toda a sua vida. Este transtorno é comumente visto mais em crianças e adolescentes, de acordo com o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (APA, 2014).

Quando se fala em funções executivas, estas se referem a um conjunto de habilidades que possibilitam a execução das ações imprescindíveis para programar e atingir um objetivo concluir tarefas (COSENZA & GUERRA, 2011). Desse modo, as elas fazem parte um mecanismo de controle cognitivo que direciona e coordena o comportamento humano de maneira adaptativa, permitindo alterações rápidas e flexíveis frente a novas exigências do ambiente.

Porém, problemas nas funções executivas desencadeiam uma série de problemas que que abrangem desde um comportamento estereotipado com danos em assimilar novos repertórios cognitivos e comportamentais desembocando em uma sequência de problemas para desenvolvimento cognitivo e social plenos (ALMEIDA, 2019).

Trata-se de um estudo quantitativo, com delineamento quase-experimental intersujeito, transversal e ex pos fact. A pesquisa será realizada no laboratório de Psicologia, localizado no Departamento de Psicologia do Centro Educacional de Ensino Superior de Patos (UNIFIP), na cidade de Campina Grande/PB. A amostra será composta por 20 crianças, de ambos os sexos com idade entre 08 a 12 anos. Sendo 10 no grupo de estudo (crianças com TDAH) e 10 no grupo controle (crianças saudáveis). Serão

recrutadas por meio de divulgação nas mídias sociais (instagram, facebook) e a visitas em escolas públicas e privadas.

Como instrumentos para o desenvolvimento da pesquisa serão utilizados o questionário sociodemográfico; a Escala de Autoavaliação para Triagem do TDAH: Versão para crianças e adolescentes segundo o DSM-5 (ASRS-5); o Trail making Test A e B (TMT-A e B); e Figuras Complexas de Rey.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta da interrupção da pesquisa devido ao período de férias, não foi possível ir a campo em tempo hábil para as observações das crianças, e consequentemente para a produção dos resultados para o relatório final. Sendo que este tipo de pesquisa demanda bastante tempo em campo. Porém, as escolas já foram contactadas e duas já aceitaram participarem da pesquisa. Foram realizadas reuniões com os integrantes do projeto de pesquisa, para discussão de textos e escrita de resumos e capítulos para submissão em eventos acadêmicos futuros. Os integrantes participaram de dois eventos científicos no mês de maio de 2023.1, divulgando como se daria o projeto. Tendo em vista, que mesmo com o encerramento do projeto, este continuará para que possam ser aplicados os testes nas crianças e futuramente submeter os resultados para eventos científicos.

Esperava-se que as crianças com TDAH apresentassem algum comprometimento relacionado as funções executivas. E que após o encerramento do projeto, fossem submetidos trabalhos para congressos científicos, bem como os alunos do projeto apresentaram a pesquisa em eventos científicos promovidos pela instituição de ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. 5ª ed. Artmed. Porto Alegre. 2014.

GARCIA, D. F., & RÊGO, G.G. As funções executivas em alunos com transtorno do TDAH na educação básica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 10, pp. 24-56. Janeiro de 2020. ISSN: 2448-0959.

KLEIN, M. Características clínicas, neuropsicológicas e morfológicas cerebrais de idosos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) - comparação

com idosos sem TDAH. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.5.2019.tde-21032019-083804, 2018.

MILLER, M., HANFORD, R. B., FASSBENDER, C., DUKE, M. & SCHWEITZER, J. B. Affect Recognition in Adults With ADHD. Journal of Attention Disorders 15(6) 452–460. doi: 10.1177/1087054710368636, 2015.

Organização Pan-Americana de Saúde. Considerações sobre saúde pública e medidas sociais no local de trabalho no contexto da COVID-19: Anexo de Considerações sobre o ajuste de medidas de saúde pública e sociais no contexto da COVID-19. Recuperado de: https://www.paho.org/pt/brasil, 2020.

World Health Organization. Depression., (2018). Em: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/en/ Acesso em 23 de janeiro de 2022.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA PRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Maria Vitória Mendes Guedes
Fernanda De Oliveira Salustino
Beatriz Figuerêdo Marques
Hugo Travassos Duarte Lima
Thomas Monteiro De Almeida
Jakson Luís Galdino Dourado

INTRODUÇÃO

De acordo com o CFP (2003), a avaliação psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de promover informações à tomada de decisões, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.

Anastasi (1990, p. 4), assim define a avaliação psicológica: “Envolve a utilização de procedimentos padronizados e sistemáticos para obter amostras comportamentais e outros dados relevantes, a fim de avaliar hipóteses específicas sobre habilidades, traços de personalidade, estados emocionais, interesses, motivações e outros aspectos do comportamento humano”. Primi et al. (2010, p. 7), conceituam a avaliação psicológica como um processo científico que utiliza técnicas, testes e outros instrumentos, com o objetivo de obter informações acerca do comportamento humano em diferentes contextos, com o intuito de descrevê-lo, compreendê-lo, prever seu futuro comportamento ou modificar suas ações.

Tendo em vista a prática nessa importante área da psicologia, o presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência do grupo no estágio básico supervisionado em avaliação psicológica.

DESENVOLVIMENTO

O estágio é considerado o momento em que as teorias aprendidas por nós, acadêmicos, são aliadas à prática, bem como o momento em que nos oferece um primeiro

contato com o campo de trabalho. Além da nossa imersão, enquanto futuros profissionais da área, o estágio pode potencializar o nosso potencial, gerando mais confiança e responsabilidades. Paulo Freire (1996) enfatiza a importância de o discente atuar em sua futura área profissional, o que, por consequência, leva-nos a sermos cidadãos críticos, reflexivos, atuantes e transformadores da atual sociedade.

O estágio se deu na empresa Desenvolva - Clínica e Treinamentos em Psicologia, localizada no bairro de São José, situado na cidade de Campina Grande-PB. A empresa oferta diversas atividades como, por exemplo, psicoterapia para o público infanto-juvenil, adulto e idoso, terapia de casal, atendimento psicopedagógico, entre outras. Apesar disso, o nosso estágio obteve foco nos serviços de avaliação psicológica, precisamente na avaliação para porte e posse de arma de fogo.

O estágio básico supervisionado em avaliação psicológica ocorreu no período compreendido entre os dias 02 de maio a 07 de junho de 2022, nas segundas e terças-feiras e, na maioria das vezes, no horário das 13:00 às 17:30, podendo estender-se a depender da necessidade.

Para que o candidato possa conseguir o porte e/ou posse de armas de fogo é necessário que seja feita uma avaliação psicológica que abarca uma entrevista inicial, contendo informações básicas do sujeito, bem como seu histórico familiar, hobbies, utilização ou não do uso de medicações, bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, se já teve ideações, pensamento e/ou comportamentos suicidas e, por fim, uma bateria de testes psicológicos que resultará no veredito de aptidão ou não para tal.

A avaliação psicológica (AP) é definida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) como um processo técnico-científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área do conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica e se constitui em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins aos quais a avaliação se destina (CPF, 2003a).

Quando se trata de testes psicológicos, seu principal uso é como ferramenta na tomada de decisões que envolvem pessoas, a partir do desempenho ou do autorrelato em provas, questionários ou escalas que avaliem características psicológicas, isso justifica a elevada magnitude da sua importância. Esse processo possui, primordialmente, o objetivo

de chegar a determinações sustentadas a respeito de uma ou mais questões psicológicas, realizadas por meio da coleta, avaliação e análise de dados apropriados ao objetivo em questão.

Para execução do estágio utilizamos uma bateria de testes psicológicos que foram divididos em quatro campos, sendo eles: personalidade; atenção; memória; e inteligência. No campo da personalidade, foram corrigidos dois testes distintos, sendo eles: a) Palográfico, que avalia a personalidade por meio do comportamento expressivo. Sua aplicação é muito simples e rápida, mas sua avaliação e interpretação exigem certo grau de preparação e experiência do psicólogo com a técnica. A correção é realizada pela avaliação quantitativa e qualitativa, com base nos traços realizados. Existem estudos de precisão, validade e tabelas em percentis para o público-alvo de acordo com sua escolaridade e sexo (Minicucci, 2019); e b) Pirâmides Coloridas de Pfister, que avalia a dinâmica afetiva e o nível de estruturação da personalidade do examinando, bem como verifica indicadores de desenvolvimento cognitivo (Amaral, 2016).

No domínio da atenção, foram corrigidos dois testes, sendo eles: a) ROTA C, que mensura a capacidade do indivíduo de manter a atenção concentrada no trabalho realizado durante um período determinado, selecionando apenas uma fonte de informação diante de vários estímulos distratores (Rabelo, 2021); e b) ROTA D, fornece uma medida da capacidade do indivíduo de dividir a atenção sob controle de diferentes estímulos (Rabelo, 2021).

No campo da memória, foi corrigido o teste do TEPIC-M-2, que se caracteriza como uma medida de memória de curto prazo, compreendida como a capacidade de um indivíduo para recuperar uma informação em um curto período de tempo, e tem por finalidade avaliar a memória visual de pessoas por meio de estímulos visuais, representando substantivos concretos (Rueda, 2007).

No domínio da inteligência, foi corrigido o teste MIG, que se caracteriza por um instrumento de medida de inteligência geral não-verbal, que tem por objetivo avaliar aspectos do raciocínio geral em adolescentes e adultos. Tal habilidade se relaciona a um fator geral da inteligência fluida, que representa a capacidade para resolver problemas novos, relacionar ideias, induzir conceitos abstratos e usar analogias para compreender diferenças entre estímulos e conceitos (Rabelo, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Psicológica, como mencionado, é uma área técnico-científica da psicologia, cujo processo pode ser realizado com pessoas ou grupo de pessoas. Essa avaliação é dinâmica e repleta de informações. Atuar como estagiários na área de avaliação psicológica, sem dúvidas, foi enriquecedor. Tivemos contato com diversos processos, desde os mais simples, como as entrevistas, bem como com os mais complexos, como a aplicação dos testes. Enquanto estagiários, podemos dizer que a nossa participação - seja de forma direta e/ou indireta - no estágio, agregou inúmeros conhecimentos não só para a nossa futura prática profissional, mas enquanto pessoa.

Tivemos a oportunidade de acompanhar a história de vida de cada pessoa que visitou a clínica. Isso nos fez ter uma nova visão sobre o campo, que vai além da aplicação de testes e do resultado de apto ou inapto, mas de como aquilo irá impactar a vida deles.

Diante do exposto, podemos concluir a magnitude que esse estágio teve para nós. Nos foi despertado um interesse singular nessa área, passamos a conhecer a avaliação psicológica com outros olhos e perceber o tamanho da sua importância na vida não só dos psicólogos, mas das pessoas em si. Mesmo que não sigamos nesse campo de atuação, com toda certeza ele foi e será muito útil para termos uma melhor compreensão dos laudos e, até mesmo, saber a hora correta de indicar o paciente a uma avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, A. E. V. (2016). As Pirâmides Coloridas de Pfister. 4ª ed. São Paulo, SP: Hogrefe. Anastasi, A. (1990) Psychological Testing. McMillan, New York.

Rabelo, I. S., Cruz, R. M. & Castro, N. R. (2012). Bateria Rotas de Atenção: Rota da Atenção Concentrada (Rota C), Rota da Atenção Dividida (Rota D) e Rota da Atenção Alternada (Rota A). 2. ed. -- São Paulo. Editora NilaPress.

Conselho Federal de Psicologia. (2008). Resolução nº 018 de 9 de dezembro. Brasília, DF.

Conselho Federal de Psicologia. (2007). Cartilha sobre avaliação psicológica. Brasília, DF. Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução CFP nº 007/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.

Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed.São Paulo: Paz e Terra, [Coleção Leitura].

Rabelo, I. S., Portugal, C. A., Cruz, R. M., Castro, N. R., Fernandez, J. L. & Anunciação, L. (2021). Matrizes de Inteligência Geral - MIG: Manual Técnico. 1. ed. -- São Paulo. Editora NilaPress.

Minicucci, A. (1996). Teste Palográfico. Manual (1ª ed.). São Paulo, SP: Vetor. Minicucci, A. (2002). Teste Palográfico. Manual. São Paulo, SP: Vetor.

Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(1), 25-35.

Teste Pictórico de Memória - (TEPIC-M) : manual / Fabián Javier Marín Rueda, Feminino Fernandes Sisto.-- São Paulo : Vetor, 2007.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR: UM RELATODE EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sthephany Hortência de Almeida Gouveia
Abraão Bezerra da Silva
Edgley Duarte de Lima

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar as práticas desenvolvidas no componente curricular "Estágio Básico II - Psicologia em Saúde", apresentando as principais especificidades da atuação do psicólogo no Hospital da Criança e do Adolescente. O estágio se desenvolveu a partir da observação da atuação dos profissionais da instituição, apresentação e familiarização da documentação utilizada pelo psicólogo no hospital e análises de casos.

As práticas do Estágio foram desenvolvidas entre 14 de março a 09 de maio de 2023. O Hospital da Criança e do Adolescente é uma instituição voltada à atenção para o público infanto-juvenil, que busca proporcionar uma assistência médica integral, curativa e preventiva, sendo referência em tratamento de média e alta complexidade.

O objetivo da vivência em estágio foi orientar os alunos diante da prática psicológica no ambiente hospitalar, a partir da observação da atuação da preceptora, que lidou com intercorrências dos pacientes e acompanhantes, acolhendo o sofrimento inerente à hospitalização e ao processo de adoecimento. Além disso, buscou-se, através do estágio: 1) familiarizar os estagiários à documentação utilizada pela psicóloga na instituição, 2) realizar visitas às enfermarias, 3) acolher demandas e intercorrências da equipe e dos internos e 4) vivenciar o espaço da briquedoteca.

DESENVOLVIMENTO

A Psicologia da Saúde é uma especialidade da psicologia que busca aplicar princípios psicológicos ao tratamento, à promoção da saúde e à prevenção de doenças, tomando como centro de análise as questões sociais, subjetivas, sociais e fatores biológicos.

Um elemento importante na compreensão do processo saúde-doença refere-se aos sentidos compartilhados por uma determinada sociedade a respeito destes fenômenos. Por

muito tempo, principalmente durante o século XIX, a saúde foi interpretada única e exclusivamente pela ótica do modelo biomédico, para o qual o saber médico é central e soberano dentro da organização hospitalar. Esse modelo remete as causas do adoecimento aos desequilíbrios bioquímicos, orgânicos e acarretados por bactérias e vírus.

Com os avanços científicos e com a inserção da psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS), o modelo biomédico foi cedendo espaço para o modelo biopsicossocial, que abrange o conhecimento e as práticas de outros profissionais da saúde, pressupondo, assim, uma interdisciplinaridade em relação ao estudo de casos e ao direcionamento de tratamentos. Nesta perspectiva, entende-se que os aspectos biológicos, psicológicos e sociais agem em conjunto para determinar a saúde e a vulnerabilidade de um indivíduo à doença.

Para Matarazzo (1980, p. 815), o modelo biopsicossocial envolve um conjunto de atribuições educacionais, científicas e profissionais da psicologia, a serviço da promoção e manutenção em saúde, da prevenção e do tratamento de doenças, além da identificação de etiologias e diagnósticos dos correlatosem saúde, doença e função relacionais, junto a análise e aprimoramento de sistemase regulamentação da saúde.

A definição de Matarazzo (1980) aponta para a complexidade da atuação da Psicologia no campo da saúde, passando pela educação profissional, a produção de ciência sobre o campo e pela prática profissional, ressaltando as práticas de prevenção e promoção em saúde, a identificação e o tratamento de doenças e, por fim, abrangeos processos de gestão e legislação para a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida no Estágio Básico II foi, antes de tudo, enriquecedora. Adentrar no campo como profissional em formação, mesmo que como observador, possibilitou nosso encontro com a realidade da profissão permitindo um contato coma prática profissional desenvolvida em campo. A partir do que nos foi apresentado, colocamo-nos numa posição de aprendizado, mas, sobretudo, de construção de um olhar crítico sobre a prática realizada e dos obstáculos da profissão.

Além da experiência, nos deparamos com condutas incoerentes e ultrapassadas por parte de alguns profissionais que, por vezes, faltaram com o Código de Ética Profissional do Psicólogo na atuação dentro do hospital. Apesar disso, o estágio contribuiu para uma visão mais crítica sobre o desenvolvimento da prática e sobre a

orientação profissional que muitos ainda seguem.

Além disso, as supervisões semanais foram de extrema importância para compartilharmos nossas experiências e dividirmos as nossas dúvidas e angústias com os colegas, e de sermos encaminhados para uma orientação sobre nossa atuação e intervenção em campo.

Por fim, acreditamos que a experiência em estágio foi de grande relevância para a formação dos futuros profissionais da instituição. Ressaltamos, ainda, a necessidade de uma prática que esteja alinhada a uma orientação humanizada que busque amenizar o sofrimento dos pacientes e de seus acompanhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Straub, R. O. (2014). *Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial*. Artmed Editora.

Kerbauy, R. R. (2002). Comportamento e saúde: doenças e desafios. *Psicologia Usp*, *13*, 11-28.

Bruscato, W. L(2004). A Psicologia do Hospital da Misericórdia: um modelo de atuação. A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: novas páginas de uma antiga história. p. 17-32.

PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Claudete Dantas Cunha
Denilson Almeida da Silva
Hellen Nicoly Costa Avelino
Edgley Duarte de Lima

INTRODUÇÃO

A disciplina de Estagio Básico II – Psicologia e Saúde, a partir de sua proposta teórico-prática, visa a construção de um olhar crítico e contextualizado acerca da prática psicológica nos mais diversos campos de atuação, fazendo-nos refletir sobre a recente inserção da Psicologia no campo das Políticas Públicas, especialmente, no campo da saúde mental, realçando a necessidade de ampliação da prática profissional para um envolvimento mais direto com questões sociais.

Nesse sentido, as atividades propostas pelo estágio realizado no Caps II, localizado na cidade de Campina Grande, buscaram desenvolver habilidades e competências no âmbito das práticas psicossociais realizadas nos serviços de saúde mental. Logo, foi possível construir uma experiência de observação participante e aplicação de intervenção voltada para higiene do sono, buscando promover uma reflexão acerca da importância do sono, a partir das vivências dos usuários serviço.

Diante disso, a intervenção buscou favorecer um momento de diálogo sobre os aspectos e as características dos usuários presentes, buscando alcançar as especificidades e realidade do campo, bem como os desafios e potencialidades do profissional da Psicologia no campo das práticas psicossociais, que assim como outros campos, exige do profissional manejo e uma reflexão crítica, pautada na transformação da realidade social e reinserção dos sujeitos, de modo a garantir a cidadania.

DESENVOLVIMENTO

A Psicologia possui um histórico burguês elitista e, quando remanejada ao âmbito social, teve que buscar novos instrumentos e técnicas para lidar com os mais diversos contextos e garantir o bem-estar biopsicossocial dos sujeitos de suas intervenções.

Alinhado ao interesse na promoção e prevenção a saúde, e superação de situações de vulnerabilidade, o psicólogo deve se orientar por uma visão completa do sujeito e, por conseguinte, do seu sofrimento, seja ele físico, psíquico ou moral, assumindo um compromisso ético-político e garantindo uma intervenção alinhada ao modelo multidisciplinar proposto pela OMS.

Sendo assim, a prática do psicólogo no campo da Saúde Mental é, ainda, emergente. Desse modo, não se pode pensar a sua atuação na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sem articular, historicamente, o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil, que começou na década de 1970, com a finalidade de modificar as práticas de saúde, rompendo com um modelo excludente e de violação de direitos. Isto é, o objetivo foi a superação do modelo asilar, que estava centrado no hospital psiquiátrico. Além disso, não se pode considerar essas transformações apenas nas mudanças legais e das políticas governamentais. Todavia, precisamos considerar que esse processo é, sobretudo, social e político, que envolve mudanças que afetam desde as instituições até o imaginário popular.

Nesse contexto, ao falar de Saúde Mental, vem à memória a existência dos manicômios, atuais Hospitais Psiquiátricos, onde as pessoas com doenças mentais eram mantidas internadas por apresentar crises e/ou serem consideradas loucas. No Brasil, o primeiro manicômio foi criado em 1852, o Hospício D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, com o padrão que se perpetuou até a década de 1970.

Os manicômios, no geral, se localizavam longe das áreas urbanas para que os pacientes não tivessem contato com a população. Estes viviam sob isolamento social, pois eram considerados incapazes de sobreviver em sociedade, por não se adequarem ao modelo econômico e social capitalista. Tampouco possuíam condições adequadas de promoção à saúde para a reversão de seus quadros ou terapêuticas eficazes. Os "tratamentos" utilizados na época eram baseados no uso de camisas de força, choques e altas dosagens de medicamentos.

Nesse ínterim, a articulação da reforma psiquiátrica se baseia não apenas na superação do modelo asilar, mas pressupõe também uma mobilização para desenvolver práticas além das psiquiátricas, isto é, é preciso desenvolver práticas de cuidado que sejam promovidas junto à comunidade, envolvendo os campos: jurídico, político e sociocultural. Sendo assim, considera-se que, se antes a sociedade não assumia o seu compromisso social com o doente mental, hoje, o que se espera são práticas de saúde que se

responsabilizem pelo outro. Ou seja, é fundamental garantir a cidadania do doente mental, pois ele é um sujeito de direitos.

Diante disso, não são mais aceitáveis os mesmos padrões postos na década de 1930, que estigmatizavam, excluíam e encarceravam. Além disso, não se pode pensar em uma prática que responsabiliza a família para cuidar do doente mental. Ao contrário, o que se espera são práticas que contribuam para a autonomia do sujeito, implicando, sobretudo, uma reflexão constante acerca da mentalidade social e a necessidade de promover ações que estimulem a reinserção do sujeito na comunidade, evidenciando estratégias que vão além do modelo biomédico. Isto é, as práticas em saúde mental precisam fundamentar-se nas "múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas, individuais e coletivas" (Gonçalves & Sena, 2001, p.51).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta experiência de estágio foi possível, a partir de uma intervenção voltada para higiene do sono, explorar aspectos da subjetividade dos usuários, por meio da escuta de suas narrativas. Nesse sentido, os desenhos e a escuta dos usuários em grupo foi fundamental para expandir os horizontes da prática psicológica, destacando a importância de acolher o outro, reconhecendo e legitimando a sua história.

Sendo assim, ficou claro, pela atuação, que esse novo modelo de cuidado em saúde (Atenção Psicossocial) tem como finalidade produzir um trabalho integrativo, que seja fruto da articulação de uma equipe multidisciplinar e, que, portanto, promova ações e estratégias que levem em consideração o sofrimento mental em múltiplos fatores. Diante disso, quando falamos dessa articulação do modelo de Atenção Psicossocial, o profissional da Psicologia entra como peça fundamental dessa engrenagem, no sentido de que é o profissional que pode promover ações e estratégias de intervenção que lidem com o sofrimento psíquico e a subjetividade humana.

Dessa forma, ressaltamos que a prática do psicólogo na saúde mental exige um manejo clínico coletivo, tendo em vista que é um trabalho que está além das paredes do consultório, ou seja, o psicólogo não trabalha sozinho, mas em conjunto em prol do mesmo objetivo: produzir autonomias, reconhecimento das subjetividades, bem como fortalecimento de vínculos e socialização para o cuidado em liberdade e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, L. (2018). Evolução do tratamento à saúde mental no Brasil. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kj_iA3sQYLQ>. Acesso em 22 de abril de 2023.

Conselho Federal de Psicologia (2019). Psicologia na classificação internacional da educação. CRP.

PROMOÇÃO DA LUDICIDADE NA INFÂNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jakson Luis Galdino Dourado
Pammella Lyenne Barbosa de Carvalho
Laura Beatriz Figueiredo Abdala
Maria Anilda Firmino Dantas de Albuquerque
Maria Laila Ribeiro Correia
Vitória Ana dos Anjos Couto
Vitória Beatriz Costa Silva

INTRODUÇÃO

A experiência relatada parte de uma ação de responsabilidade social, desenvolvida pela parceria entre duas disciplinas do Curso de Psicologia FIP/CG: Psicologia do Desenvolvimento I; Infância e Psicoterapia com crianças e adolescentes, tendo como foco a aplicabilidade de conceitos relacionados ao desenvolvimento infantil, bem como da ludicidade para o processo de desenvolvimento da criança.

Esta ação justificou-se por entender a importância da ludicidade como promotora de saúde e facilitadora dos processos de ensino-aprendizagem na infância. O brincar, por si só, é propulsor do desenvolvimento emocional, moral, cognitivo, psicomotor e social das crianças; e quando utilizado como estratégia de intervenção torna-se ainda mais potente.

Cunha (2004) discorre que a ludicidade no contexto escolar é um estímulo essencial para o desenvolvimento intelectual, emocional e social infantil, de modo que o brincar pode ser tido como a forma mais natural de uma criança agir e expressar-se; preservar sua espontaneidade e colaborar para sua saúde emocional.

Brincadeiras e jogos para crianças proporcionam prazer, o que leva a descontração e, consequentemente, ao surgimento de novas ideias, novas brincadeiras e facilitam a aprendizagem de novos conteúdos e interações conscientes e inconscientes, fazendo com que elas tenham confiança em si e no grupo que estão inseridas (Barros, 2019).

Os estudos mostram que a ludicidade é estudada não somente na área de educação, mas também em outras áreas como psicologia, história e artes. Isto porque, a ludicidade infere ao indivíduo a oportunidade de desenvolvimento em todas as áreas humanas: psíquica, social, educacional e cultural (Rodrigues, 2022). Neste sentido, a brincadeira é

uma atividade essencial para o desenvolvimento das crianças em creches. Ela envolve a participação ativa das crianças em atividades recreativas, por meio de jogos, brinquedos e interações sociais, estimulando o aprendizado, a criatividade e o desenvolvimento integral.

Assim, a experiência teve como principal objetivo promover espaços de ludicidade para crianças, proporcionando a interação através de propostas lúdicas. Além disso, buscou-se estimular, através de brincadeiras, habilidades sócio-emocionais em crianças; bem como o desenvolvimento, nos discentes de Psicologia, de competências relacionadas aos conteúdos pedagógicos dos componentes curriculares que discorrem sobre a infância.

DESENVOLVIMENTO

O espaço escolhido para o desenvolvimento da ação foi a Creche Municipal Professora Gitana Maria Figueiredo Lira, instituição localizada no bairro do Velame, na cidade de Campina Grande/PB. A atividade foi realizada no mês de outubro de 2022 e participaram os discentes do quarto e do oitavo período do Curso de Psicologia da FIP/CG. Na ocasião foi observada pelos alunos a importância do lúdico para o desenvolvimento das crianças no contexto escolar.

A intervenção desenvolveu-se nos períodos da manhã e da tarde, com todas as turmas da creche, com a duração média de duas horas por turno. O público-alvo da ação foram crianças entre quatro meses e cinco anos, regularmente matriculadas na creche supracitada. No total, foram atendidas 228 crianças.

Para as crianças de 0 a 2 anos foram priorizadas atividades com música e estimulação sensório-motora. Para as crianças de 3 a 5 anos, jogos recreativos no formato de gincana, teatro, atividades com música e psicoeducação relacionada às emoções. Os recursos utilizados foram arcados pela Instituição proponente e os discentes participantes. Realizou-se ainda, parceria com serviços de brinquedos infláveis, pipoca e algodão doce, que foram distribuídos gratuitamente para as crianças.

Através de músicas infantis, jogos recreativos, brincadeiras de roda, brincadeiras de estimulação sensório-motora, apresentação de teatro e fantoche, foram desenvolvidas atividades lúdicas, e como resultado da ação, pôde-se perceber a importância da brincadeira na creche e como ela é multifacetada, sobretudo, por ter proporcionado um

ambiente de aprendizagem divertido, no qual as crianças puderam explorar, experimentar e descobrir o mundo ao seu redor de forma prazerosa.

Por meio das brincadeiras desenvolvidas pelos alunos, podem-se notar, de forma breve, benefícios que, certamente, estimularam habilidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais das crianças envolvidas. Através das atividades, as crianças tiveram a oportunidade de experimentar diferentes papéis, enfrentar desafios imaginários e construir sua identidade pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avalia-se que a ação obteve êxito, tendo em vista que os discentes apresentaram as habilidades necessárias para o trabalho lúdico com as crianças. Além disso, as brincadeiras e o espaço de ludicidade, de algum modo, puderam favorecer o desenvolvimento social das crianças nas atividades propostas na creche.

Foi perceptível que, ao brincar em grupo, as crianças apresentaram comportamentos de descontração, cooperação e sociabilidade, demonstrando que a interação com outras crianças e adultos possibilita o desenvolvimento de habilidades voltadas à comunicação, a colaboração e a convivência em sociedade.

Ao final da ação, a escola manifestou interesse em realizar outras parcerias com a FIP/CG - Curso de Psicologia. Para os alunos envolvidos, o sentimento foi de gratidão por proporcionar às crianças uma rotina diferenciada. Acreditaram ainda que, a ação realizada favoreceu o desenvolvimento de novos aprendizados, bem como a prática efetiva de conceitos vistos ao longo do curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, M. C. P. (2019). A ludicidade na educação infantil: as contribuições no desenvolvimento infantil. *Revista Eventos Pedagógicos*, *10*(1), 362–376. Recuperado de https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10205

Rodrigues, A. M. de M., Cordeiro, E. G. da R., Moreira, K. N. da P., Pereira , N. da S., Cruz, T. R. de F., & Silva, J. E. (2022). Reading development in early childhood education: the role of playfulness. *Research, Society and Development*, *11*(1), e52011125228. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25228

Cunha, N. H. S. (2004). Brinquedo, linguagem e alfabetização. Petropoles RJ: Vozes.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL E ESCOLAR COMO ÁREA DE ATUAÇÃO: PRÁTICAS E DESAFIOS

José Anderson Gomes Adilson
Raquel Araújo Nunes
João Batista da Costa Filho
Eveline Silva Holanda Lima

INTRODUÇÃO

A psicologia educacional e a psicologia escolar estão intrinsecamente relacionadas, porém são diferentes, nem podem reduzir-se uma à outra, já que cada uma tem sua autonomia relativa. A psicologia educacional é uma área de conhecimento cuja finalidade é produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo. A psicologia escolar, por sua vez, é um campo de atuação profissional, no qual se realizam intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado. Seu foco é o fenômeno psicológico, que se fundamenta em saberes produzidos, não apenas, mas principalmente, pela psicologia da educação (Antunes, 2008).

Dentro desse contexto, um dos desafios enfrentados pelos estudantes de psicologia durante a graduação é compreender qual é a diferença entre a atuação do psicólogo educacional e do psicólogo escolar. Além disso, há uma grande dificuldade na escolha de qual será a área de atuação que eles vão seguir profissionalmente, por isso, essa compreensão auxilia nesse processo de escolha. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é relatar a atuação desses profissionais pela perspectiva de três sujeitos: um psicólogo escolar que atua no setor privado, uma psicóloga escolar que atua no setor público e um psicólogo educacional que atua em uma universidade pública, em Campina Grande – PB.

DESENVOLVIMENTO

Na disciplina de Psicologia Educacional, ofertada aos alunos das Faculdades Integradas de Patos (FIP), em Campina Grande-PB, no período 2023.1, foram convidados para falar sobre sua atuação: um psicólogo escolar que atua no setor privado, uma psicóloga escolar que atua no setor público e um psicólogo educacional que atua em uma universidade pública, cuja interação é relatada abaixo.

O primeiro convidado foi um psicólogo escolar que trabalha em uma escola particular, em Campina Grande-PB, na qual desempenha a sua atuação atendendo os alunos, os profissionais e as famílias.

Com os alunos, ele trabalha com a escuta, grupos e observações. O psicólogo falou que não tinha tempo e nem disponibilidade para atender de modo clínico. Embora exista uma demanda para que o psicólogo escolar atenda como psicólogo clínico, esse não é o trabalho do psicólogo escolar. A escuta e a observação são importantes, as intervenções são pontuais, na escola não é feito diagnóstico, mas é realizada a escuta, a observação dos sinais e encaminhamento adequado.

Com os profissionais, ele atende as demandas referentes ao ambiente escolar. Essas demandas estão tanto relacionadas ao trabalho, formação e produção quanto às demandas emocionais e afetivas que influenciam a atuação deles na escola. Um dos métodos de atuação dele é assistir aula com os alunos, mas alguns professores não lidam bem com isso, porque sentem que estão perdendo sua autoridade ou acreditam que estão sendo observados e podem ser demitidos. De acordo com a fala dele, ele assiste aula com todas as turmas com o objetivo de observar a turma e não para avaliar o professor.

Com a família, ele nos trouxe a reflexão de que mesmo que ela traga questões que não sejam pertinentes ao ambiente escolar, é importante acolher. Porém, é essencial conscientizá-la quanto à atuação do psicólogo escolar. O psicólogo escolar não é um psicólogo clínico, já que alguns pais chegam na escola informando que o filho precisa de atendimento psicológico e espera que essa demanda seja atendida pelo psicólogo escolar.

Dentre as funções que ele exerce e os métodos que utiliza na sua atuação na escola, foram destacados: assiste aula com as crianças, brinca e conversa com as crianças, passa o intervalo com as crianças, faz a escuta de pais/família, faz mediação de conflitos entre aluno e professor, faz a escuta de alunos de modo pontual, entre outros. Segundo ele, o psicólogo escolar às vezes tem uma imagem de salvador, e é preciso sustentar a atuação profissional que não é necessariamente o que os outros esperam e demandam.

A segunda convidada foi uma psicóloga escolar que atua no setor público em Campina Grande-PB. Como algumas funções e métodos desenvolvidos em sua atuação ela citou: cuidar das emoções dos profissionais, alunos e famílias; ressignificar a prática profissional no contexto da pandemia da COVID-19; facilitação em reuniões pedagógicas e de planejamento por segmento; realização de palestras; realização de ações de busca ativa; realização de formações diversas (ética, boas maneiras e conduta na atuação); desenvolver projetos e organização de eventos para engajar as famílias com a escola; nas

datas comemorativas sempre realizava eventos para envolver as famílias, profissionais e alunos; organização de eventos que fizessem os alunos se sentirem pertencentes à escola; faz a escuta e acolhimento de alunos, famílias e profissionais de modo pontual, realizando encaminhamentos quando necessário; assiste aula com os alunos; passa o intervalo com os alunos; observa os alunos dentro do contexto escolar, entre outros.

Dentre algumas dificuldades da sua atuação no setor público ela destacou: a importância de desenvolver muitos projetos e eventos para engajar as famílias e os alunos que por questões socioeconômicas acabam se distanciando do ambiente escolar; há um grande desafio em construir um diálogo com outros profissionais para uma atuação interdisciplinar, e a existência de muitas demandas e poucos profissionais no setor público, o que gera uma sobrecarga de trabalho e uma dificuldade para a realização do que precisa ser feito.

O terceiro convidado foi um psicólogo que atua como psicólogo educacional em uma universidade pública. Conforme a sua fala, ele destacou que a atuação dele está voltada para a orientação no processo de ensino e aprendizagem e na promoção da saúde. Nesse sentido, algumas funções e métodos são realizados em sua atuação como: trabalhos em psicoeducação, acolhimento aos ingressantes, palestras, rodas de conversas, oficinas, atividades culturais, campanhas preventivas, atendimentos individuais, elaboração relatórios, entre outros.

Dentre algumas dificuldades da sua atuação na universidade pública ele destacou: existe uma demanda muito grande de trabalho para apenas dois psicólogos (ele e outra profissional); há milhares de alunos na universidade e dentro desse contexto as escutas são pontuais, existe a orientação e aconselhamento das questões de saúde mental, mas é explicado que ali não é realizado um trabalho de psicologia clínica e quando há essa demanda é realizado o encaminhamento; como as famílias de muitos alunos da universidade moram em outra cidade, o contato com a família só ocorre em pouquíssimas situações, nas quais sejam realmente consideradas graves; há uma baixa interação dos alunos com os eventos realizados; existe uma grande dificuldade de fazer intervenções envolvendo os professores e outros profissionais da universidade.

CONCLUSÃO

Como pode ser visto, a atuação do psicólogo educacional e escolar irá se adequar de acordo com a realidade da instituição de ensino em este profissional está inserido.

Nesse sentido, o psicólogo educacional e escolar precisará ter uma postura ética frente às demandas que lhe são apresentadas, considerando tanto as questões socioeconômicas dos alunos, bem como as normas da instituição de ensino.

Consequentemente, percebeu-se que o trabalho da psicóloga escolar da rede pública era mais abrangente, pois abarcava várias demandas: psicológicas, pedagógicas, educacionais e sociais. Enquanto que o psicólogo escolar da rede privada tinha sua atuação mais concentrada nas demandas internas dos alunos: conflitos entre colegas, funcionários e professores. E o psicólogo educacional na universidade pública, desempenha funções voltadas à orientação no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e na promoção da saúde.

Portanto, o psicólogo educacional pode desempenhar diferentes funções educacionais, dependendo sempre das necessidades que a Instituição solicita e das demandas emergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar E Educacional*, *12*(2), 469–475. https://doi.org/10.1590/s1413-85572008000200020

PSICOLOGIA HOSPITALAR: UMA VIVÊNCIA NA MATERNIDADE ELPÍDIO DE ALMEIDA

Yasmin Maia Fernandes Dias
Érica Fabrícia Dos Santos Duarte
Kercia Mirely Vieira Costa
Pammella Lyenne Barbosa De Carvalho

INTRODUÇÃO

O Estágio Específico I em psicologia hospitalar aconteceu no ISEA – Instituto de Saúde Elpídio de Almeida. O Hospital é referência para o atendimento obstétrico na cidade de Campina Grande, popularmente conhecido como maternidade.

DESENVOLVIMENTO

Para Simonetti (2006), a Psicologia Hospitalar é o espaço para atuação onde se devem tratar os aspectos psicológicos relacionados ao adoecimento, buscando minimizar o sofrimento provocado pela hospitalização. Para além da questão do adoecimento, especificamente no campo de estágio ISEA, é possível atuar com questões que não estão relacionadas a patologias, já que, o ato de parir não se configura como uma condição de adoecimento, mas desperta nas mães sentimentos de medo, angústia e ansiedade em relação ao trabalho de parto em andamento ou que está prestes a iniciar. Ao mesmo tempo, a necessidade de prestar cuidados sobre um bebê recém-nascido, também produz insegurança e sofrimento.

De acordo com Reis et. al. (2016), apud. Romano (1987; 1999; 2008), as atividades do psicólogo hospitalar podem ser exercidas em três níveis essenciais: pedagógico ou educativo; preventivo; e psicoterapêutico. Segundo o Conselho Regional de Psicologia (2019), o foco da atuação clínica será a pessoa em sua totalidade, que está envolvida na dinâmica hospitalar, podendo ser paciente, acompanhante ou trabalhador de saúde, envolvendo os símbolos vinculados de cuidado para serem acolhidas pelo profissional de psicologia e por uma rede de suporte multiprofissional. Assim, a atuação do psicólogo no âmbito hospitalar se torna uma prática clínica ampliada e compartilhada. Considerando o campo de estágio, foi possível atender demandas de sofrimento materno,

relacionadas ao luto perinatal, a angústia advinda do processo de hospitalização compulsória em virtude do acometimento de patologias que põem em risco a vida da mãe e bebê, e demandas de sofrimento parental frente a internação de bebês prematuros nas Unidades de Tratamento Intensivo - UTI.

No que se refere à estrutura hospitalar, se faz necessário o reconhecimento das inúmeras alas existentes, e para cada uma delas é preciso estabelecer uma abordagem específica e compatível com as necessidades internas. Silva e Portugal (2011), afirmam que, apesar das amplas tarefas atribuídas ao profissional de psicologia, é possível estabelecer uma delimitação de atuação junto à equipe de saúde, assistência ao paciente e família, além do ensino e da pesquisa.

Desse modo, para atuar junto a gestantes hospitalizadas no setor de alto risco foi importante consultar os prontuários, a fim de entender minimamente a demanda que levou à hospitalização, além do histórico gestacional e idade das pacientes. As informações são relevantes para que a abordagem ocorra de maneira segura e efetiva, oferecendo acolhimento a possíveis angústias e ao medo frente ao processo de internação.

A abordagem no setor de alto risco pode ocorrer em conjunto com a equipe multidisciplinar, através do esclarecimento de termos técnicos e destacando a importância do processo para saúde materna e do bebê. Cabe a equipe de psicologia o oferecimento de uma escuta sensível para compreender as angústias vivenciadas individualmente, oferecendo conforto individual ou em grupo para as pacientes. Além disso, a atuação dos profissionais de psicologia na sala de parto, inicialmente, no processo de observação sobre como cada mãe lida com o medo da iminência do parto e com a dor física vivenciada durante todo o processo, evidenciando para mãe e para a equipe envolvida a importância de respeito ao corpo e aos sentimentos evidenciados durante o trabalho de parto.

O atendimento realizado no ambiente hospitalar requer acolhimento, fortalecimento de vínculos e escuta sensível e qualificada, além disso, os atendimentos realizados no âmbito do hospital possuem especificidades que estarão diretamente ligadas a demanda de cada paciente, podendo ser realizada intervenção grupal para demandas comuns a todos os envolvidos, psicoeducação grupal e individual, escuta e acolhimento individual, psicoterapia breve, integração com familiares e equipe multidisciplinar. Não obstante, é de suma importância ressaltar que a atuação do psicólogo é essencial para a dinâmica hospitalar, pois o mesmo proporciona ao paciente uma melhor qualidade de vida durante todo o processo de hospitalização, trabalha o sofrimento, ansiedade e possíveis agravamentos emocionais por parte do paciente ou da família, Oliveira (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio em Psicologia Hospitalar no Instituto de Saúde Elpídio de Almeida proporcionou uma experiência completa no que se refere a valorização do profissional de psicologia no ambiente hospitalar, sobretudo no cenário obstétrico, visto que, são evidenciadas inúmeras fragilidades femininas para as quais torna-se fundamental o acolhimento, o processo encorajador e educativo do ponto de vista da Psicologia social e da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cantarelli, Ana Paula Silva. (2009). Novas abordagens da atuação do psicólogo no contexto hospitalar. Revista da SBPH, 12(2), 137-147. Recuperado em 17 de maio de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582009000200011&lng=pt&tlng=pt.

Mosimann, L. T. N. Q., & Lustosa, M. A. (2011). A Psicologia hospitalar e o hospital. Revista da SBPH, 14(1), 200–232.

Oliveira, A. D. S., Borges, G. de P., Gomes, J. P., & Bessert, L. ([s.d.]). A importância do psicólogo no processo de internação em momento de pandemia.

Patriota, S., Lima, A. A., Menezes, Â. C. S., Silva, L., Bandeira, M. D., de Lira, R. B., Falcão, A., & Bezerra, F. ([s.d.]). Criação e Organização do SigaPsi.

Reis, J. A. R., Machado, A. M. R., Ferrari, S., Santos, N. O., Bentes, A. Q., & Lucia, M. C. S. (2016). Prática e inserção do psicólogo em instituições hospitalares no Brasil: Revisão da literatura. Psicologia Hospitalar, 14(1), 2–26. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092016000100002

PSICÓLOGO OUVINTE E O SURDO NA CLÍNICA

Rayssa Layssa Silveira Felix
José Givaldo de Sousa

INTRODUÇÃO

A disciplina de Libras está incluída como componente optativo da grade curricular do curso de psicologia das Faculdades Integradas de Patos, Campina Grande/PB e tem importância primordial para a carreira profissional. Portanto, foi possível, através da disciplina, vinculá-la à futura prática profissional. Para entender melhor como a disciplina funciona e como ela pode ser utilizada na prática clínica foram apresentadas algumas discussões a respeito do tema. Para Silva e Pittner (2019), é de extrema importância que os profissionais da psicologia saibam trabalhar com pessoas com necessidades especiais, principalmente antes mesmo de sua atuação, através de disciplinas, aulas e estágios com pessoas com deficiência. É crescente a melhoria na formação profissional para uma condição mais adequada de inclusão de pessoas surdas/mudas em todos os âmbitos da vida.

DESENVOLVIMENTO

A comunicação desempenha um papel fundamental na vida do ser humano, pois possibilita, através da linguagem, a manutenção de uma relação. Assim, os surdos também adotaram meios de comunicação porque, conforme explica Santana (2013), sua comunicação se dá por meio de movimentos gestuais e expressões faciais compreendidas por meio da visão.

A Língua Brasileira de Sinais, representada pela Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, é reconhecida como a língua oficial dos surdos e mudos e a segunda língua oficial do Brasil. Algo a se questionar é o porquê de a segunda língua oficial do país não ser tão reconhecida e pouco “falada” por seus habitantes ouvintes. Dessa forma, se confirma, mais uma vez, a necessidade da disciplina nas grades curriculares dos cursos de graduação, como também em escolas. Para tanto, há a necessidade da expansão dessa disciplina para outras áreas, não apenas como uma disciplina optativa, mas obrigatória a todos, pois ela é fundamental não apenas no aprendizado da língua, mas também na

definição de conhecimento sobre as especificidades da cultura, linguística e direitos dos surdos.

Brasil (2011) ressalta que as metas das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia é assegurar uma formação baseada em compreender os múltiplos referenciais para a realização dos fenômenos psicológicos na sua interação com os biológicos e sociais, reconhecer as perspectivas necessárias à compreensão do ser humano, ser capaz de compreender criticamente os fenômenos sociais e culturais que são centrais no exercício da cidadania e da defesa, além das diferentes ações realizadas no âmbito dos direitos humanos, tendo em conta as necessidades sociais e os direitos humanos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos sujeitos, escolas, organizações e sociedades.

Sendo assim, é essencial que o profissional da psicologia saiba acolher e incluir pessoas surdas dentro de seus consultórios ou outros ambientes de trabalho. Antes de relatar como o psicólogo pode atuar dentro da clínica, consideram-se experiências e atividades desenvolvidas em sala de aula com a disciplina de Libras. Foram desenvolvidas atividades visuais focadas, onde todo conteúdo que foi dado em sala de aula foi de forma dinâmica, facilitando o aprendizado, com leitura de livros a respeito da vivência de pessoas surdas, elaboração de resumos, visualização filmes, aprendizagem sobre o básico da comunicação e elaboração de jogos em Libras para que pessoas surdas pudessem jogar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das aprendizagens no componente curricular, conclui-se que o psicólogo ouvinte pode atuar como o paciente surdo e incluí-lo na clínica através das Libras. É preciso levar em consideração os preceitos éticos que versam sobre o papel do profissional da psicologia, como respeitar o sigilo profissional para proteger a intimidade do sujeito que tenha acesso ao serviço de psicoterapia (CFP, 2005). O psicólogo fica, então, em um desafio, pois ele deve cumprir com a ética, mas para se comunicar com o paciente surdo, é preciso de um intérprete.

Para que isso não aconteça, é muito importante que o profissional estude a Língua Brasileira de Sinais, aprenda os sinais e se comunique com clareza com as pessoas não ouvintes. Se o psicólogo não souber, é ético encaminhar o paciente surdo para um

profissional que irá se comunicar com ele de forma compreensível, sem a necessidade de um intérprete e, consequentemente, sem quebrar o sigilo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (2011). CNE/CES 5/2011. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 19. Ferreira, J. Jesaías, L., Bezerra, H. J., Simões., Alves, O. (2021). Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. Psicologia Clínica, 33(3), 537-556. doi: https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A08

Santana, E. P. (2013). O Direito e a comunicação: as Libras e os desafios da educação dos surdos. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Retirado de: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliti caspublicas/odireitoacomunicacao-asLibraseosdesafiosdaeducacaodossurdos.pdf.

Silva, W. K., Pittner, P. (2019). A língua de sinais na formação do profissional da área de ciências humanas e sociais aplicadas. Revista Educação Especial, v 32, p 1-18. doi: https://doi.org/10.5902/1984686X31472

VIVÊNCIAS DE PAIS QUE PERDERAM SEUS FILHOS NA INFÂNCIA: RELATO DE PESQUISA

Pammella Lyenne Barbosa De Carvalho;
Ana Paula Simplicio De Lima;
Aline Dos Santos Barbosa;
Nicholas Bandeira da Silva Martins.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em luto por morte de criança, tendemos a negligenciar a importância do tema. Compreendemos que a perda de um filho causa enorme sofrimento para os pais, mas por essa já não ser mais uma condição prevalente em nossa sociedade, dada a diminuição dos índices de mortalidade infantil, vemos poucas pesquisas abrangendo tal fenômeno e um número ainda menor de ações terapêuticas para esse público. No entanto, o sofrimento ocasionado pela morte de um filho é imensurável, configura-se como um acontecimento que inverte a ordem "natural" da vida e rompe com os sonhos, investimentos e expectativas que os pais depositavam naquela criança. Além da dor e tristeza, é muito comum os sentimentos de culpa e resistência ao processo de elaboração da perda, uma vez que representa, no imaginário social, o "esquecimento" do filho (Reis et al, 2021).

Dados epidemiológicos apontam que, no Brasil, as principais causas de morte infantil são por doenças infecto-contagiosas e complicações decorrentes da prematuridade (França, 2017), motivo que justifica a escolha do público-alvo dessa pesquisa: mães e pais que perderam seus filhos por doença. Diante disso, compreendendo que este problema nos levará também a refletir sobre as dinâmicas familiares e estilos de vinculação entre esses pais e seus filhos antes do óbito, elegemos como problemática para esta pesquisa a seguinte pergunta: Como é a experiência de vivenciar a morte de um filho criança por motivo de doença?

A experiência do enlutar-se, na atualidade, tem se tornado cada vez mais privativa e individualizada, causando estranhamento e ausência de compartilhamento, o que pode dificultar o processo de elaboração do luto. Isso torna importante que "os pais encontrem espaços para contar, recontar suas dores, organizando uma história que os permita construir sentidos e elaborar sua perda" (Reis, 2021, p. 13).

Reis (2021) afirma que o processo de elaboração do luto é um trabalho relacional, pois passa pela narrativa de si ao outro, de modo que o "compartilhamento social e relações de apoio contribuem para a vivência do luto" (Reis, 2021, p. 11). Nesse sentido, apostamos na capacidade terapêutica da escuta sensível, que ao mesmo tempo que nos permite o acolhimento e a confissão da dor, auxilia os enlutados na atribuição de sentido para sua perda e na expressão criativa da sua ferida, fatores que contribuem para a integração da perda (Carvalho, 2021).

A escuta sensível pode ser definida como "um movimento de 'escutar-ver', que se apoia na empatia. Supõe uma inversão da atenção, "antes de situar uma pessoa em seu lugar, comecemos por reconhecê-la em seu ser, em sua qualidade de pessoa complexa" (Barbier, 2002, p.2). Escutar sensivelmente é a ação de receber o que o outro diz, sem pré-julgamentos. É uma proposta de troca mútua, pois à medida que se escuta o outro, há uma aproximação deste. A escuta sensível permite-nos entrar em contato com a totalidade do outro. Nesse sentido, para Barbier (2002), é preciso que o pesquisador silencie, pois só com o silêncio da escuta consegue penetrar e captar os significados latentes não expressos com palavras.

Diante disso, colocamos como objetivo deste trabalho: apreender a vivência do luto parental em pais de crianças que morreram por motivo de doença. E, mais especificamente, descrever a experiência do luto parental na perspectiva dos pais e analisar os sentidos e significados atribuídos a morte de um filho.

DESENVOLVIMENTO

Dentre as possibilidades de definição de luto e compreensão desse processo, ancoramos nossa posição na perspectiva adotada por Franco (2021), que alinha-se a Teoria do Apego, desenvolvida por John Bowlby. O luto é um "processo de construção de significado em decorrência do rompimento de um vínculo" (Franco, 2021, p. 24).

O luto, nessa perspectiva, não começa no momento da perda; o modo como cada um irá expressar sua perda e vivenciar o processo de elaboração, tem raízes na vinculação que se tinha com o ente perdido. Dessa forma, há a superação da concepção do luto em fases pré-estabelecidas, por entender que cada indivíduo elabora de forma própria. Além disso, compreende-se que normatizar o luto pode gerar sentimentos de inadequação e que se está vivendo o luto de forma "errada" para quem não segue fases pré-estabelecidas. Em situações de perda, os estilos de apego auxiliam na compreensão das especificidades

do processo de luto. Para Franco (2021), aqueles que desenvolveram estilos de apego inseguros com suas figuras parentais são mais propensos a desenvolverem lutos complicados.

Franco (2021) chama atenção para o fato do luto na família afetar todos os membros de uma forma sistêmica. Por estarem integrados numa dinâmica relacional, após a perda todos terão que se reorganizar em um novo padrão de funcionamento. Ao mesmo tempo em que essa é uma perda individual e cada pessoa terá seu modo particular de expressar seu luto, o que pode gerar ruídos na relação conjugal e com os outros membros da família, incluindo os irmãos da criança que morreu e avós, é também um processo partilhado.

A perda de um filho, em particular, pode ser potencialmente desorganizadora e traumática, tendo em vista que perdem-se os horizontes futuros de planos, metas, sonhos, mas também por romper a expectativa natural da vida: os pais (devem) morrer primeiro que os filhos. Para Worden (2013, p. 164) “perder uma criança de qualquer idade pode ser uma das perdas mais devastadoras da vida e seu impacto permanece por muitos anos”.

A perda de um filho também promove modificações na identidade dos pais, que não perdem seu lugar de pais, mas agora precisam exercer sua parentalidade de outras maneiras. Perde-se também um pouco de si, dado o investimento narcísico que é atribuído aos filhos (Reis, 2021). Portanto, a culpa é um sentimento muito presente nos pais que perdem seus filhos. Quando falamos em perda por doença, é comum que essa culpa seja por não ter conseguido cuidar e proteger o filho, ou por sentir alívio frente ao sofrimento que o filho vinha enfrentando, ou ainda por estar conseguindo se recuperar e retomar sua vida (Worden, 2013). Especialmente quando se fala no sentimento de culpa por “estar se recuperando da perda”, Franco (2021) pontua que é muito comum que pais enlutados desenvolvam um vínculo contínuo com o filho morto, por meio de cerimônias em datas especiais, manutenção de fotos e objetos do filho. A manutenção desse vínculo não caracteriza um luto complicado, quando se tem consciência da morte.

A ideia de que o luto precisa ser superado e todas as lembranças daquele que se foi, apagadas, é contrária a perspectiva que adotamos nesse trabalho. O luto “não é um obstáculo na vida da pessoa, e sim uma experiência de tal grandeza que se pode ser considerada um processo até mesmo de crescimento pessoal” (Franco, 2021, p.123). Superar o luto é sacrificar o amor (Luz, 2021).

Por ser um processo de integração, é preciso que haja a construção de um significado para a perda (Stroebe; Schut; Boerner apud Franco, 2021). Os pais precisam

aprender a viver sem a criança e, ao mesmo tempo, construir uma representação interna que lhes traga conforto. Para Worden (2013, p. 169) “estar vivendo seu luto e seguindo sua vida sem sentir que está desonrando a memória de seu filho é o objetivo máximo e mais desafiador para qualquer progenitor enlutado”.

Diante de todo esse referencial, a pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo e exploratório, tendo como participantes pais que vivenciaram a morte de um filho na infância por motivo de doença, e que possuem registro de óbito em prontuário no Hospital da Criança e do Adolescente, localizado em Campina Grande-PB. A amostra é do tipo intencional (não-probabilística): serão convidados para participarem da pesquisa pais e mães de crianças que vieram a óbito no referido hospital no presente ano. Até o presente momento foi entrevistada uma mãe.

Como técnica principal para essa pesquisa é utilizada a entrevista em profundidade. Os dados obtidos por meio da entrevista serão analisados à luz do método fenomenológico-empírico, que visa compreender os núcleos de sentido ou significados da experiência vivida. De modo que, para alcançar esses significados é preciso que o pesquisador: 1) adote uma postura fenomenológica, de suspensão de conhecimentos prévios sobre o tema, partindo da pergunta-orientadora, 2) descreva o fenômeno, como ele aparece, a partir da pergunta-orientadora, 3) identifique os núcleos de sentidos e significados referentes ao fenômeno estudado, presentes nas descrições, 4) analise os sentidos e significados do fenômeno para o público-alvo (Espindula; Goto, 2019).

A partir da leitura e releitura das transcrições e o diálogo com as percepções subjetivas dos pesquisadores, buscaremos identificar os núcleos de sentidos e significados da experiência do luto parental para essa amostra. Tendo como base os núcleos obtidos, analisaremos as nuances do luto parental, comparando com outros dados nacionais e internacionais sobre o fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi recentemente aprovada pelo CEP Unifip, por este motivo até a escrita deste relato realizamos uma entrevista com uma mãe. É importante mencionar a dificuldade de adesão desse público à pesquisa, pois são pais que estão vivenciando um momento extremamente doloroso de perda, e por vezes, falar sobre a experiência ainda não se configura como uma possibilidade. Duas famílias recusaram a participação por este motivo.

Espera-se que com os dados obtidos possamos ter uma melhor compreensão acerca do desenrolar do processo de luto parental, entendendo as especificidades dessa vivência e as transformações na dinâmica familiar. E também, proporcionar acolhimento aos pais enlutados, através da escuta sensível, de modo que os pais possam encontrar formas de elaboração do luto e desenvolver estratégias resilientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbier, R. (2002) A pesquisa-ação. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora.

Carvalho, P.L.B. O vínculo que tece a resiliência: narrativas de mulheres sobre suas dores e amores. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas: UERN, 2021.

Espindula, J.A.G.; Goto, T.A. Algumas reflexões sobre a fenomenologia e o método fenomenológico nas pesquisas em psicologia. In: Espindula, J.A.G. (org) Psicologia fenomenológica e saúde: teoria e pesquisa. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

França, E.B.; Lansky, S.; Rego. M.A.S.; Malta, D.C.; et al. Learding causes of child mortality in Brazil in 1990 and 2015: Estimates from the Global Burden of Disiease study. Revista Brasileira de epidemiologia, v. 20, n. 20, 2017.

Franco, M.H.P. O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno. São Paulo: Summus, 2021.

Luz, R. Luto é outra palavra para falar de amor. São Paulo: Àgora, 2021.

Reis, C.G.C.; Munchen, M.A.B.; Olesiak, L.R.; Quintana, A.M. O luto dos pais: considerações sobre a perda de um filho criança. Psicologia: ciência e profissão, v. 41, n.esp. 3, 2021.

Worden, J.W. Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais de saúde mental. São Paulo: Roca, 2013.